



Subsecretaria de Análise
S. F.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXXIII — Nº 152

SEXTA-FEIRA, 17 DE NOVEMBRO DE 1978

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 30^a REUNIÃO, EM 16 DE NOVEMBRO DE 1978

1.1 — ABERTURA

1.1.1 — Comunicação da Presidência

— Inexistência de *quorum* para abertura da sessão.

**1.1.2 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão.
Encerramento.**

1.2 — EXPEDIENTE DESPACHADO

1.2.1 — Mensagens do Senhor Presidente da República

De agradecimento de comunicação:

— Nº 256/78 (nº 425/78, na origem), relativa à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 52, de 1978-CN, que “aprova o texto do Decreto-lei nº 1.633, de 9 de agosto de 1978, que ins-

titui incentivos fiscais à exportação de manufaturados por empresas exportadoras de serviços, e dá outras providências”.

Submetendo ao Senado a escolha de nome indicado para cargo cujo provimento depende de sua prévia aquiescência:

— Nº 257/78 (nº 426/78, na origem), referente à escolha do Sr. Ney Moraes de Mello Mattos, Embaixador do Brasil junto à República do Kenya, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República da Zâmbia.

2 — RETIFICAÇÃO

— Referente à Ata da 24^a Reunião, realizada em 3-11-78.

3 — ATA DE COMISSÃO

4 — MESA DIRETORA

5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

6 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

**ATA DA 30^a REUNIÃO, EM 16 DE NOVEMBRO DE 1978
4^a Sessão Legislativa Ordinária, da 8^a Legislatura
PRESIDÊNCIA DO SR. ITALÍVIO COELHO**

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Braga Junior — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Petrônio Portella — Wilson Gonçalves — Cunha Lima — Murilo Paraiso — Teotônio Vilela — Heitor Dias — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Roberto Saturnino — Hugo Ramos — Orestes Quêrcia — Italívio Coelho — Vilela de Magalhães — Daniel Krieger.

O SR. PRESIDENTE (Italívio Coelho) — A lista de presença acusa o comparecimento de 17 Srs. Senadores.

Entretanto, não há, em plenário, o “*quorum*” mínimo necessário para a abertura da sessão, nos termos do art. 180, § 1º, do Regimento Interno.

Nestas condições, vou encerrar a presente reunião, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 1977 (nº 947-B, de 1975, na Casa de origem), que dispõe sobre inscri-

ção obrigatória que deve constar do rótulo ou embalagem de produto estrangeiro com similar no Brasil e dá outras providências, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 28, de 1978, da Comissão:
— de Economia, com voto vencido dos Senhores Senadores Luiz Cavalcante e Milton Cabral.

— 2 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 298, de 1978, do Senhor Senador Henrique de La Rocque, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo sob o título "DELENDIA GOLBERY", publicado no jornal *Última Hora*, de 9 de outubro de 1978.

— 3 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 299, de 1978, do Senhor Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado, do discurso proferido pelo Senhor Ministro João Paulo dos Reis Veloso, na Reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE, bem como da Exposição de Motivos de Sua Excelência e dos Ministros de Estado da Fazenda e do Interior, aprovada, na oportunidade, pelo Senhor Presidente da República.

— 4 —

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 79, de 1978, do Senhor Senador Vasconcelos Torres, que fixa condições para a admissão de novos servidores pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, tendo

PARECER, sob nº 263, de 1978, da Comissão:

— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade, com voto vencido dos Senhores Senadores Dirceu Cardoso, Cunha Lima e Leite Chaves.

— 5 —

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 1978, do Senhor Senador Vasconcelos Torres, que isenta da contribuição previdenciária os trabalhadores, empregados ou autônomos, que percebem renda mensal inferior a três salários mínimos, tendo

PARECER, sob nº 345, de 1978, da Comissão:

— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

— 6 —

Discussão, em turno único, da Redação Final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 612, de 1978), do Projeto de Lei do Senado nº 22, de 1977, do Senhor Senador Luiz Viana, que revoga o artigo 93 e o inciso I do artigo 120 da Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973.

— 7 —

Discussão, em turno único, da Redação Final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 691, de 1978), do Projeto de Lei do Senado nº 279, de 1978, que altera dispositivos da Lei de Organização Judiciária Militar (Decreto-lei nº 1.003, de 21 de outubro de 1969) e dá outras providências.

— 8 —

Projeto de Lei do Senado nº 82, de 1978, do Senhor Senador Orestes Quêrcia, que altera dispositivo do Decreto nº 2.044, de 31 de dezembro de 1908, que "define a letra de câmbio e a nota promissória e regula as operações cambiais".

— 9 —

Requerimento nº 186, de 1978, do Senhor Senador Saldanha Derzi, solicitando seja anexado ao Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1978, que institui o Código de Processo Penal, o Projeto de Lei do Senado nº 28, de 1977, do Senhor Senador Nelson Carneiro, que

introduz alterações no texto da Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, "que regula o direito de representação e o processo de responsabilidade administrativa, civil e penal, nos casos de abuso de autoridade".

O SR. PRESIDENTE (Itálio Coelho) — Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 14 horas e 15 minutos)

EXPEDIENTE DESPACHADO NOS TERMOS DO § 1º DO ART. 180 DO REGIMENTO INTERNO

MENSAGEM DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

De agradecimento de comunicação:

Nº 256/78 (nº 425/78, na origem), de 13 do corrente, relativa à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 52, de 1978-CN, que "aprova o texto do Decreto-lei nº 1.633, de 9 de agosto de 1978, que institui incentivos fiscais à exportação de manufaturados por empresas exportadoras de serviços, e dá outras providências".

MENSAGEM

Do Senhor Presidente da República, submetendo ao Senado a escolha de nome indicado para cargo cujo provimento depende de sua prévia aquiescência:

MENSAGEM Nº 257, DE 1978 (Nº 426/78, na origem)

Excepcioníssimos Senhores membros do Senado Federal:

De conformidade com o art. 42 (item III) da Constituição, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Ney Moraes de Melo Mattos, Embaixador do Brasil junto à Repúblida do Kenya, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à Repúblida de Zâmbia, nos termos do Decreto nº 56.908, de 29 de setembro de 1965.

Os méritos do Embaixador Ney Moraes de Melo Mattos, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, em 13 de novembro de 1978. — Ernesto Geisel.

INFORMAÇÃO

Curriculum-Vitae:

Embaixador Ney Moraes de Melo Mattos

Nascido em Santa Maria, Rio Grande do Sul, a 15 de maio de 1929. Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, Instituto Rio Branco, 1953.

Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, Instituto Rio Branco, 1955.

Cônsul de Terceira Classe, 6 de maio de 1953.

Cônsul de Segunda Classe, antigüidade, 31 de dezembro de 1960.

Primeiro-Secretário, antigüidade, 22 de novembro de 1966.

Conselheiro, merecimento, 1º de janeiro de 1973.

Ministro de Segunda Classe, merecimento, 1º de janeiro de 1976.

Divisão de Comunicações, 1953.

Divisão do Pessoal, 1953.

Chefe, substituto, da Divisão de Comunicações, 1954.

Oficial de Gabinete do Ministro de Estado, 1964.

Assistente do Chefe do Serviço de Relações com o Congresso, 1971.

Chefe, substituto, do Cerimonial, 1971/72.

Subchefe do Cerimonial, 1973/75.

Bogotá, Terceiro-Secretário, provisoriamente, 1954.

Ancara, Terceiro-Secretário, 1955/57.

Ancara, Encarregado de Negócios, 1956.

Bruxelas, Terceiro-Secretário, 1967/70.

Bruxelas, Encarregado de Negócios, 1958 e 1959.

Rosário, Vice-Cônsul, 1960.

Rosário, Encarregado do Consulado, 1960.

Rosário, Cônsul, 1960/61.

Berlim, Cônsul, 1961/64.

Teerã, Segundo-Secretário, 1965/66.

Teerã, Encarregado de Negócios, 1966.

Teerã, Primeiro-Secretário, 1966/67.

Caracas, Primeiro-Secretário, 1967/68.

Caracas, Encarregado do Serviço Consular, 1968.

Caracas, Chefe do SEPRO, 1968.

Addis-Abeba, Primeiro-Secretário, 1968/71.

Addis-Abeba, Encarregado de Negócios, 1968, 1969, 1971.

Washington, Conselheiro, Missão junto à OEA, 1976.

Washington, Ministro-Conselheiro, Missão junto à OEA, 1976/78.

Reunião dos Países da Área de Conversibilidade Limitada; Londres, 1959 (observador).

Conferência de Ministros de Educação para Erradicação do Alfabetismo, Teerã, 1965 (membro).

Pavilhão Brasileiro na Feira do Pacífico, Lima, 1968 (organizador).

Comitiva Presidencial à República do Uruguai, 1975 (membro).

Comissão para Nova Tabela de Milhas, 1954 (membro).

Comissão de Assistência à Transferência do Corpo Diplomático para Brasília, 1971 (Secretário Executivo).

Professor de Prática Diplomática, Curso de Prática Diplomática e Consular, 1975.

O Embaixador Ney Moraes de Melo Mattos se encontra nesta data no exercício de suas funções de Embaixador do Brasil junto à Repúblida do Kenya.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores, 27 de outubro de 1978. — Sérgio de Queiroz Duarte, Chefe da Divisão do Pessoal.

(À Comissão de Relações Exteriores.)

ATA DA 24^a REUNIÃO, REALIZADA EM 3 DE NOVEMBRO DE 1978

(Publicada no DCN — Seção II, de 4-11-78)

RETIFICAÇÃO

Na Mensagem nº 248/78 (nº 413/78, na origem), do Senhor Presidente da República, pela qual submete ao Senado o nome do General-de-Exército Dilermando Gómez Monteiro para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da apontadoria do Ministro General-de-Exército Augusto Fragoso:

Na página 5.650, 1^a coluna, no primeiro parágrafo da Mensagem,

Onde se lê:

... General-de-Exército Augusto Fragoso

Leia-se:

... General-de-Exército Augusto Fragoso.

ATA DE COMISSÃO

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

5^a REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 1977.

Às dez horas do dia vinte e nove de novembro do ano de mil novecentos e setenta e sete, na Sala "Clóvis Beviláqua", presentes os Srs. Senadores Jarbas Passarinho — Presidente, Luiz Cavalcante, Dirceu Cardoso e Gilvan Rocha, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Minas e Energia, com a participação, ainda, dos Srs. Senadores João Calmon e Itamar Franco e dos Srs. Deputados João Pedro, Newton Barreira, Mário Moreira e Gerson Camata.

Dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada, o Sr. Presidente evoca os motivos que levaram este órgão técnico a ouvir o Sr. Vice-Presidente da SIDERBRÁS, Engº Wilkie Moreira Barbosa — cujos méritos destaca — e, em seguida, concede a palavra ao ilustre convidado que procede a uma circunstanciada avaliação da problemática do aço no País, ilustrando-a com a projeção de slides.

Encerrada a fase expositiva iniciam-se os debates, deles participando os Srs. Senadores Itamar Franco, Dirceu Cardoso, João Calmon e os Srs. Deputados Gerson Camara e Newton Barreira.

Ao final, o Sr. Presidente faz uma detida análise da matéria focalizada, congratula-se com o Dr. Wilkie Moreira Barbosa pela expressiva palestra proferida e excelente contribuição dada aos debates, estendendo os seus agradecimentos aos demais participantes, e conclui determinando que as notas taquigráficas, tão logo traduzidas, sejam publicadas em anexo à presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Ronaldo Pacheco, Assistente da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

ANEXO À ATA DA 5^a REUNIÃO DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA DO SENADO FEDERAL, REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 1977, DESTINADA A OUVER A CONFERÊNCIA DO DR. WILKIE MOREIRA BARBOSA, VICE-PRESIDENTE DA "SIDERBRÁS", QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO.

PRESIDENTE: Senador Jarbas Passarinho

VICE-PRESIDENTE: Senador Luiz Cavalcante

Integra do anexo da ata da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Esta Comissão, Dr. Wilkie, é uma das menores do Senado da República. É composta por apenas sete membros: cinco da ARENA e dois do MDB. Infelizmente, três dos nossos companheiros da ARENA estão ainda em viagem para Brasília e, assim, vamos abrir esta reunião, com a presença honrosa do nobre Senador João Calmon, que não pertence a esta Comissão, mas que quis vir ver V. Ex^ª, e o Senador Dirceu Cardoso, um dos mais atuantes da Comissão e o senhor, que já tem experiência bastante razoável deste canto do Parlamento também.

Sabe-se que esta semana, a última antes do recesso, é marcada pelas atividades intensas do Congresso Nacional. Eu mesmo recebi vários convites para esta hora ir a uma Comissão na Câmara dos Deputados. Assim, hoje, esperamos que o Dr. Wilkie comprehenda esta pequena freqüência nossa no Senado Federal. Mas suponho que dois ilustres Senadores, dos mais interessados no problema da siderurgia, justamente estão aqui presentes, que são os Senadores Dirceu Cardoso e João Calmon.

Já conheço V. Ex^ª de algum tempo e o primeiro contato nosso, como V. Ex^ª, ainda há pouco, salientava no gabinete, foi marcado por uma dessas circunstâncias que se tornam inapagáveis em nossa memória. Tratava-se da primeira greve que eu ia enfrentar como Ministro do Trabalho. Justamente foi na ACESITA, que era presidida pelo Dr. Wilkie.

O Dr. Wilkie é diplomado engenheiro civil pela Escola Nacional de Engenharia do Rio de Janeiro e Engenharia Metalúrgica pela antiga Escola Técnica do Exército, hoje, Instituto Militar de Engenharia. Oficial da Reserva, capitão da minha arma, artilharia, principiado no Rio de Janeiro. Entre os diversos cargos exercidos, citamos: chefe de laboratório de metalurgia e oficinas de fundição e laminação da fábrica do Realengo, durante a Guerra. Após a Guerra, foi convidado para trabalhar na Usina de Volta Redonda, na área de laminação e término de montagem. Chefiou o Departamento técnico do escritório da Cia. Siderúrgica Nacional em Nova Iorque e, mais tarde, o próprio escritório. Estagiou nas maiores usinas da United States Steel Corporation. Foi chefe do Departamento de laminação de chapas a frio da Usina de Volta Redonda. Em 1950, passou a exercer função de engenheiro do Banco do Brasil, onde desempenhou, por dez anos, o cargo de assessor industrial da carteira do Comércio Exterior. É professor da cadeira de máquinas e motores da Escola Técnica Federal do Rio de Janeiro, cargo do qual está licenciado. Exerceu, durante seis anos, a Presidência da Cia. de Aço Especiais de Itabira, ACESITA. Foi Diretor, Vice-Presidente e Presidente, do Instituto Brasileiro de Siderurgia. Cursou a Escola Superior de Guerra, onde se diplomou em 1973. Foi eleito Diretor-Superintendente da Siderurgia Brasileira S/A — SIDERBRÁS — em 1974 e, em 1975, Vice-Presidente, cargo que ocupo no momento. Tem inúmeros artigos publicados em revistas técnicas especializadas; proferiu conferências e compareceu várias vezes nas comissões técnicas da Câmara dos Deputados, para prestar depoimentos relacionados com a política siderúrgica do País. É cidadão honorário de Oklahoma, nos Estados Unidos da América, de Timóteo e de Coronel Fabriciano, em Minas Gerais.

Concede a palavra ao Dr. Wilkie Moreira Barbosa, para discorrer sobre a Siderurgia Brasileira.

O SR. WILKIE MOREIRA BARBOSA — Sr. Presidente, Senador Jarbas Passarinho, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Meus Senhores e Minhas Senhoras:

1 — A Siderurgia no Mundo

Com satisfação, atendo ao convite formulado pela Comissão de Minas e Energia do Senado Federal, para discorrer sobre o tema "A Siderurgia Brasileira". É da tradição desta Comissão o debate dos grandes problemas nacionais e eu posso lhes assegurar, sem qualquer risco de deformação profissional, que a siderurgia sobreleva entre as nossas mais altas prioridades. A ocasião é própria para uma avaliação da problemática do aço no País. E a SIDERBRÁS acolheu o convite como oportunidade de prestação de contas do que vem fazendo para tornar o Brasil auto-suficiente na produção de aço, com a maior autonomia tecnológica possível.

Nesta Comissão de Minas e Energia o projeto de criação da SIDERBRÁS foi amplamente debatido em 1973 e voltou a sé-lo em 1974, quando a necessidade de se promover o crescimento ordenado das usinas que nasceram ou vieram a se colocar sob a égide do Estado tornou-se imperativa. O processo de estruturação da SIDERBRÁS, para o estrito cumprimento da Lei nº 6.159, de 6 de dezembro de 1974, desdobrou-se durante todo o ano seguinte, de 1975, e ainda não se completou. Todavia, a partir de 1976, a empresa vem implementando uma série de providências para exercer, em ampla medida, a tarefa de coordenação dos interesses do Estado no setor. É de menos de dois anos, portanto, a presença efetiva da SIDERBRÁS no cenário siderúrgico. Mas o acervo de serviços por ela prestados ao desenvolvimento do conjunto de nossa indústria do aço, a que me referirei no curso deste depoimento, comprova o acerto da decisão de se criar a Empresa, no que o Executivo teve o respaldo do amplo descritivo do Legislativo.

A Comissão propôs o tema circunscrito à siderurgia brasileira. Sem querer abusar da paciência de Vossas Excelências, peço-lhes vênia para começar com uma referência ao quadro internacional, por dois motivos principais. Como adotamos um modelo econômico aberto, o que ocorre no exterior reflete-se internamente com maior ou menor grau de intensidade. E a grande siderurgia mundial está

reconhecidamente em crise. Em segundo lugar, nossos parceiros de desenvolvimento siderúrgico, por cooptação nossa, são de países que se ressentem da crise. Torna-se importante, por conseguinte, conhecer e compreender as causas do que se passa para melhor conduzir a solução dos nossos próprios problemas no setor.

O aço emergiu no século passado como padrão de progresso industrial e nesta posição se mantém, porque até hoje não foi encontrado um sucedâneo para ele. De todos os instrumentos industriais é o que apresenta as mais altas taxas de crescimento, conforme mostra o retrospecto histórico. De 1870 a 1945, o mundo produziu e consumiu em torno de 4 bilhões de toneladas de aço. No quarto de século seguinte, isto é, de 1945 a 1970, este número dobrou para cerca de 8 bilhões de toneladas. Mas o aumento não se distribuiu igualmente por todas as áreas geográficas. Pelo contrário, concentrou-se naquelas que paralelamente apresentavam maiores índices de desenvolvimento econômico. A análise econômica comprova que expansão siderúrgica e desenvolvimento econômico projetam-se para as mesmas áreas e no mesmo período de tempo, como se fossem causa e efeito. Daí a mística de transformar a indústria siderúrgica em símbolo do Poder Nacional, em todo mundo.

Em 1970, a produção mundial ascendeu a 594 milhões de toneladas para atingir 707 milhões de toneladas em 1974. Já em 1975 a produção caiu para 646 milhões de toneladas, queda que reflete, com todo impacto, a recessão econômica que se seguiu à crise do petróleo, notadamente nos países que se regem pela economia de mercado. A produção de 1976, de 676 milhões de toneladas e a deste ano estimada em 695 milhões de toneladas, indicam, simplesmente, que a economia mundial ainda não se recuperou do choque do petróleo e isto significa menos consumo de aço (Quadro I).

Eu trouxe um quadro aqui para mostrar mas, não sei se poderia fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Aproveito a oportunidade para dizer da presença do Senador Itamar Franco e dos Deputados Federais que também estão presentes.

O SR. WILKIE MOREIRA BARBOSA — Naquele quadro, os Srs. podem notar que houve uma diminuição da produção, entre 1974 e 1975. E os Srs. vêem uma coisa bastante interessante: primeiro, os três grandes que produzem mais de três milhões de toneladas; a Rússia, os Estados Unidos e o Japão. Em seguida, vêm os que produzem mais de 10 milhões, entre estes está o Brasil, ali, numa posição que deve estar em torno do 15º/16º lugar. Finalmente, outra coisa importante a salientar e que merece reflexões da nossa parte: enquanto o mundo livre diminuiu a produção no período, os Srs. vêem os sinais negativos, nos Estados Unidos e em todos os países do mundo livre, os países do bloco comunista apresentam todos sinais positivos. Não houve, portanto, diminuição de produção do bloco comunista. E, como o aço representa Poder Nacional, isso é muito importante politicamente.

Comporta observar que a evolução negativa registrou-se apenas nos países que se regem pela economia de mercado, pois os componentes do chamado "bloco socialista" continuam a aumentar sua produção de aço, aparentemente imunes aos efeitos recessivos do choque do petróleo. No meu entender, isto se explica porque nessa área, sendo o Estado empresário-produtor, a produção não é necessariamente comandada pelo mercado e os instrumentos de combate às pressões inflacionárias não obrigam, por exemplo, ao desaquecimento da economia, como no Ocidente. Isto sem falar que o uso do aço para a produção de bens e utilidades destinadas ao maior conforto do povo não se sobrepõe às necessidades de Segurança.

Retornando nossa análise ao mundo ocidental, importa realçar que o realinhamento dos preços dos combustíveis colocou termo a um longo período de energia barata e o aço é um produto extremamente energizado. Tal fato tornou-se um marco na história da indústria siderúrgica, cujos capítulos mais importantes foram escritos nos países mais desenvolvidos que foram e continuam sendo os maiores produtores e os maiores consumidores de aço.

Mas, enquanto a economia do mundo ocidental, pelos seus diversos indicadores, aos poucos começa a apresentar sinais de recuperação, singularmente suas indústrias siderúrgicas continuam enfermas.

Crises cíclicas, de dois a três anos de duração, sempre foram uma constante no setor do aço. Depois da Segunda Guerra, houve várias. Mas foram vencidas, as usinas se reerguiam e iniciavam nova fase de expansão, com a incorporação de avanços tecnológicos. Isto agora não está ocorrendo. Como o aço não está ameaçado por qualquer outro produto competidor e as perspectivas futuras do consumo de produtos siderúrgicos continuam brilhantes, outras razões por certo há, para explicar esta situação.

Ainda agora, no 18º Congresso do ILAFA, em Punta Del Leste, tivemos siderúrgicas do mundo inteiro perplexas com o que está ocorrendo.

Creio que se poderia dizer que estamos ingressando numa fase de transição da economia mundial do aço, que confere à crise atual uma natureza estrutural, nas relações entre o consumo de aço e a atividade econômica.

É pacífico o entendimento de que a siderurgia torna-se cada vez mais atividade de alta intensidade de capital, lenta maturação e baixa rentabilidade. Precisamente estas características são a gênese da crise, nos países de economia de mercado, pois a baixa remuneração do produto não permite adequado retorno de capital, o que desestimula o empresário privado de continuar investindo no setor. Exetuado o caso de grandes conglomerados, que investem na siderurgia apenas para garantir o suprimento de matéria-prima, as aplicações são cada vez mais atribuição do Estado, tanto nos países desenvolvidos como nos subdesenvolvidos.

Na economia do aço, a relação capital/produto já anda na proporção de 4:1, incluindo investimentos em minas (geralmente cativas) e em serviços anexas.

Nos países em desenvolvimento, a compreensão de que o embasamento siderúrgico é imprescindível aos objetivos de progresso econômico e social, mas a escassez de capital abre espaço para a intervenção do Estado no mercado produtor. Nos países desenvolvidos, a consciência da importância da produção de aço para manutenção em alto nível dos indicadores de segurança e desenvolvimento (inclusive taxas de emprego), compele o Estado a intervir, uma vez que as empresas estão descapitalizadas. Desta tendência estatizante, generalizada no mundo, os Estados Unidos escapam, mas sem deixar de sofrer-lhes os efeitos e de modo muito intenso. Levantamento feito em 1974, mas que continua atual, mostra que dois terços da produção mundial de aço têm origem estatal (Quadro II). O fenômeno não resulta de preferência ideológica ou política, mas de um imperativo de desenvolvimento ou segurança, quando não da conjugação dos dois termos do binômio.

Como os Srs. podem verificar, pelo Quadro II, não é um fenômeno brasileiro a estatização na siderurgia uma vez que mais de 2/3 da produção mundial do aço tem origem estatal.

Os Srs. vejam que 65,6% da produção mundial têm origem estatal.

Recorde-se que em 1950, para uma produção mundial de 188 milhões de toneladas, os Estados Unidos sozinhos respondiam por quase a metade desta tonelagem (46,3%). Nos dias atuais, a União Soviética já é a maior produtora e o Japão e a Comunidade Econômica Européia, que conseguiram impressionante crescimento de suas capacidades produtivas, colocam-se logo atrás dos Estados Unidos. Exetuado o caso soviético, pode-se dizer que os demais crescimentos se fizeram em detrimento da posição dos Estados Unidos no mundo e acabaram por tolher a própria expansão da siderurgia americana, que hoje responde por 17%.

E as previsões, segundo o último Congresso Internacional do ILAFA, realizado em Roma, em outubro, dizem que a participação dos Estados Unidos da América, na produção mundial, no ano 2000, será de apenas 10% a 12%.

Cálculos indicam que nos últimos dois quinquênios, um terço do crescimento da produção japonesa e um terço do crescimento da

Comunidade Européia orientaram-se para o mercado de exportação. Individualmente os Estados Unidos são o grande importador de aço. Este país começou a importar aço pela primeira vez em 1959/60 e a partir daí tornou-se cada vez mais dependente da produção daquelas duas procedências para o suprimento de suas necessidades. Outros fornecedores como a Coréia do Sul e a Espanha também disputam o mercado americano, embora em volumes menos expressivos.

Chegando a capturar mais de um terço do crescimento do consumo americano, o aço importado contribuiu para inibir as expansões ou a implantação de novas usinas nos EUA. Do ponto de vista de economia de mercado, comprehende-se que os americanos prefiram comprar aço onde melhor e mais barato o encontrarem. Daí porque, em 1976, 14% do consumo interno, ou 13 milhões de toneladas, com valor acima de 4 bilhões de dólares corresponderam a importações.

Para que os Srs. tenham uma idéia, esse é o valor da nossa balança comercial com os Estados Unidos da América. Obviamente, isto trouxe perdas para a produção doméstica e reflexos nos índices de emprego. A situação chegou a tal ponto que os grandes produtores americanos passaram a pressionar o governo, ao arrepio dos princípios de economia de mercado, para obter um acordo de cavalheiros com os principais fornecedores, no sentido de que estes contenham voluntariamente suas exportações.

Os Srs. devem se lembrar, dizem os jornais e revistas americanas, que há negociações de Governo a Governo e não é de empresa a empresa, para estancar o crescimento dessas importações. O Governo americano e o Governo japonês; o Governo americano e os Governos dos países da Comunidade Econômica Européia tentam dialogar no sentido de delimitar as importações de aço.

Tendo crescido demais, estimuladas pelas oportunidades do mercado norte-americano, as siderurgias européia e japonesa ressentem-se, agora, da redução do consumo, agravada por essas medidas protecionistas. Só o Japão, por exemplo, obtém com a exportação de produtos siderúrgicos, 20% do total das divisas geradas pelo seu comércio externo. A propósito, vale lembrar que a balança comercial da siderurgia japonesa, isto é, o total das divisas obtidas com exportação, menos o total das divisas gastos com importação de minério, de carvão e de sucata, registra um superávit de 170%. A CEE, por sua vez, respondeu em 1976 por um terço do aço comercialização internacionalmente no mundo livre, sem computar as vendas intra-regionais.

As barreiras que se estão criando nos EUA vão naturalmente agravar a ociosidade das usinas japonesas e européias e este é um dos focos da crise que ganhou destaque pela magnitude dos números envolvidos. Em termos de livre iniciativa pura, este seria o risco do negócio. Mas o assunto é delicado porque tem outros ingredientes, sobretudo a presença do Estado como empresário-produtor.

No Japão, por exemplo, a indústria do aço é fortemente amparada, sendo considerada nos planos do governo como "indústria meta". Como tal, tem alta prioridade, inclusive tratamento favorecido pelos Bancos comerciais, que por sua vez, são sustentados para essa finalidade pelo Banco Central do Japão. Este sistema permite ao Governo exercer rigoroso controle da atividade siderúrgica do País, através de um modelo de estrutura de capital onde a parcela de endividamento chega a atingir 80% e mesmo 85% do investimento total, restando apenas de 20 a 15% de capital de risco.

Esta estrutura exige altos níveis de operacionalidade e compõem as indústrias siderúrgicas japonesas a um vigoroso empuxo para os mercados externos, à base de preços marginais, no que são incentivados pelo Governo e contam com a preciosa colaboração das "tradings". Dispensado dizer que o preço do aço japonês no mercado doméstico não se relaciona com o preço do aço japonês no mercado externo.

Na Europa, a participação estatal é mais nítida, pois são os próprios Governos que capitalizam recursos diretamente sob a forma de capital de risco e de financiamento em condições altamente favoráveis. Embora a estrutura de capital não seja tão rígida quanto a japonesa, no que se refere a capital próprio/capital de terceiros, a

siderurgia européia conta com maior flexibilidade na obtenção de recursos.

Compreende-se, pois, a situação de desvantagem da siderurgia americana, onde o capital privado tem de entrar numa proporção de até 80% do total do investimento (justo contrário do exemplo japonês) e precisa ser remunerado de forma atraente. Enfrentando uma competição acirrada, em que o preço de venda do aço importado chega a situar-se abaixo do seu custo operacional interno, as usinas não conseguem atrair novos investimentos. Quanto menos investem, menos possibilidade têm de acompanhar o ritmo de crescimento da demanda e com isso perdem substância, ficando sem condições para modernizar seus equipamentos e muito menos para implantar novas unidades com economia de escala. Produzido com equipamentos obsoletos e a custos cada vez mais elevados, o aço norte-americano progressivamente perde competitividade dentro do seu próprio mercado.

Está é, em linhas gerais, a etiologia da crise na indústria siderúrgica do mundo ocidental. As agressivas indústrias européias e japonesas poderiam preencher a capacidade ociosa de suas usinas canalizando a produção para outros países, sobretudo os que estão transpondo a barreira do subdesenvolvimento, chamados "semi-periféricos". Mas todos estes, invariavelmente sob a égide do Estado, procuram libertar-se da dependência estrangeira e se esforçam para alcançar auto-suiscência em aço, e se possível exportá-lo também. O que é perfeitamente exequível, pois a tecnologia siderúrgica está disponível a quem queira pagar e além disso quase todos contam com matéria-prima (minério e/ou carvão) e mão-de-obra barata. As novas usinas de aço, que estão sendo construídas em áreas não tradicionais, tornam-se outro fator de desestabilização da ordem econômica da siderurgia, ainda que sua produção seja pouco expressiva no conjunto geral, mas o fulcro da crise também não chega a envolver 10% da produção do mundo, está em torno de 700 milhões e o fulcro de crise 70 milhões de toneladas. A crise, no entanto não se manifesta de modo igual no mapa mundial do aço, pois se é sentida com intensidade nos países tradicionalmente produtores, não o é por aqueles que se preparam para sair da retaguarda e assumir um lugar de destaque no ranking siderúrgico internacional. De um modo geral todos estes estão aumentando sua produção de aço — o Brasil é um deles — o que tem uma explicação plausível, pois se encontram em fase de montagem da sua infra-estrutura econômica e esta absorve muito aço. Já nos países desenvolvidos está quase tudo feito e o aço tem emprego predominante na reposição. A crise de energia, com seus reflexos nos transportes de massa, pode vir a alterar esta situação e exigir futuramente emprego de grandes quantidades de aço, acima das projeções até agora feitas mas, em última análise, configurase, no caso, a teoria do "Teto de Consumo". Os países com nível de consumo em torno de 700 kg/hab/ano e são os grandes industrializados, Japão, EUA, Alemanha Ocidental e outros, acham-se no limiar da sociedade pós-industrial no qual o crescimento do consumo de aço não acompanha no mesmo ritmo o crescimento da economia. É o nosso caso, por exemplo.

II — A Siderurgia no Brasil

Feito este giro de horizonte sobre a siderurgia no mundo que se alongou um pouco, mas por certo irá permitir aos Senhores Senadores avaliar melhor o quadro em que se situa a siderurgia brasileira, passarei agora ao tema que me traz até esta Comissão.

O Brasil é um exemplo de nação em desenvolvimento, com forte presença do Estado no mercado produtor de aço, embora entre nós a iniciativa privada desempenhe um papel importante na oferta interna de produtos siderúrgicos. Mas o suporte financeiro governamental tem se tornado cada vez mais indispensável para que o aumento da produção acompanhe o nível de demanda requerido pelo nosso processo de industrialização. Obviamente, na medida em que os recursos públicos passam a ser progressivamente aplicados no setor siderúrgico, amplia-se o papel do Estado como produtor, ainda que não estejamos estatizando mais nem menos do que outros países do campo capitalista.

No período de 1968/75, a taxa de crescimento médio anual do consumo de aço no Brasil situou-se em torno de 14,8%, fato que exerceu enorme pressão sobre nosso orçamento cambial. Só no biênio 1974/75 foram gastos mais de 2,5 bilhões de dólares com a compra de produtos siderúrgicos no exterior. Em 1976, mais de meio bilhão. Para se ter idéia do vulto dessas importações, basta dizer que as dívidas gastas em três anos correspondem ao valor de uma usina moderna com o porte atual de Volta Redonda, que no corrente 1977 deverá produzir 2 milhões de toneladas. A uma base atual de 1.500 dólares/ton. de capacidade instalada, teremos os 3 bilhões de dólares que gastamos em importações de produtos nesses 3 últimos anos.

A SIDERBRAS, criada em 1973 pela Lei nº 5.919, alterada pela Lei nº 6.159, de 1974, resulta de uma firme tomada de consciência desta situação.

O ritmo de crescimento da produção, no decênio 1966/1975, situou-se em 9,4% ao ano, aquém, portanto, dos níveis de consumo, que conforme mostrei foram de 14,8%. Embora o desempenho possa ser considerado bom, pois a média mundial, no mesmo período, fora de 4,3%, o descompasso tinha de ser vencido entre os aumentos de consumo e da produção, e, para tanto, impunha-se investir maciça mente, o que só o Estado estava em condições de fazer.

Outra variável também pesou na decisão de se criar uma empresa para exercer a política siderúrgica brasileira.

A crise internacional do aço, como acabei de expor, estava latente antes de 1973 e o choque do petróleo só fez acelerar a sua eclosão, além de esmaecer a importância de outros de seus fatores, típicos de países altamente industrializados. As questões conservacionistas, os elevados custos de mão-de-obra e a atividade que é "capital intensive" e muito também "labor intensive", mais a escassez de espaços industriais contribuíram para que se delineasse aos poucos, uma nova política internacional para o aço, em que se destacava a nítida vocação de deslocamento da produção siderúrgica primária para os países ainda não atormentados por estes problemas.

O Brasil detectou oportunidades neste campo, como outros países também o fizeram (Canadá, Austrália, Venezuela, África do Sul e Irã) e procurou preparar-se para aproveitá-las. Negociações inicialmente a nível de governo e depois a nível de empresas, foram estabelecidas com o Japão e Itália, principalmente, para trazer para o Brasil novos empreendimentos siderúrgicos, mediante associação com empresas desses países, detentoras de *know-how* e de capital.

Sem querer ser pretensioso, poderia afirmar que a SIDERBRAS elaborou um modelo de desenvolvimento siderúrgico a partir de soluções inovadoras e de um tratamento não-convenional aos problemas de expansão da nossa produção de aço, que obedecia aos seguintes pontos principais:

- escala de produção;
- localização geográfica ideal para exportação e para o consumo interno;
- garantia antecipada de mercado externo, assegurado o abastecimento interno;
- composição acionária com atração de capital de risco estrangeiro;
- absorção de tecnologia avançada e sua compatibilização com nossos recursos naturais;
- formação de *joint ventures* com maioria de capital nacional.

Ao negociar a instalação desses empreendimentos no Brasil a SIDERBRAS jamais esperou que seus sócios chegassem aqui com finalidades benéficas. Sua capacidade de economia de escala, seu estoque de capital e seu vasto cabedal científico-tecnológico colocaram-se a serviço da produção e da geração de lucros, pois essas empresas têm compromissos de remuneração atraente do capital nelas investido pelos acionistas.

Conciliar essas finalidades, legítimas, com outros objetivos não menos importantes de interesse público, foi o que se propôs a SIDERBRAS. Partimos da premissa de que, se vamos auferir benefícios com sua vinda para cá, é razoável que os nossos parceiros também tenham, em contrapartida, um proveito justo, correspondente a estes benefícios. Eles têm se inserir na economia nacional.

em suplemento à poupança interna, para ajudar a cobrir uma demanda insatisfeita e para abrir espaços no exterior, de forma não-aleatória, à nossa produção de aço. Além disso, ganhariamos em aprimoramento da capacidade gerencial e administrativa e em conhecimentos tecnológicos. Os entendimentos da SIDERBRAS com empresas estrangeiras do setor siderúrgico criaram uma área de convergência de interesses para início de uma experiência que irá conferir dimensão internacional à nossa indústria de aço e acentuar a integração do Brasil no mundo das economias desenvolvidas.

Esta foi a tarefa a que se lançou inicialmente a SIDERBRAS para, em seguida, cuidar dos interesses públicos já existentes na área siderúrgica.

No plano interno, vale observar que até 1964 o setor siderúrgico estatal acumulou problemas, que não autorizavam um vislumbre de recuperação, a curto ou médio prazo. As primeiras tarefas da Revolução foram de saneamento da economia nacional e a siderurgia não figurou entre as prioridades, embora iniciativas importantes tenham sido adotadas, pavimentando o caminho para que, no início de 1971, fosse lançado, em Volta Redonda, o Plano Siderúrgico Nacional. Ainda que falte uma perspectiva do tempo mais completa, pode-se afirmar que em nenhuma outra fase de sua história, a indústria brasileira do aço conheceu tantas e tão importantes definições para o seu futuro, como no período pós-1964.

Como os exemplos ajudam o entendimento, vou referir-me apenas aos casos das três maiores usinas brasileiras — Volta Redonda, USIMINAS e COSIPA.

— Volta Redonda estava estagnada em sua expansão e muitos de seus equipamentos já alcançavam grau de obsolescência; sua produção era então de 1,2 Mt e a usina teve sua capacidade instalada de produção elevada, sucessivamente, para 1,7 Mt e chegou este ano a 2,5 Mt, com produção efetiva de 2 Mt; no próximo estágio que já começou, alcançará 4,6 Mt.

— a USIMINAS, com uma estrutura de empresa de grande porte e, portanto, com elevados encargos financeiros, produziu apenas 276 mil toneladas de aço em 1964; este ano, com uma capacidade nominal de 2,4 Mt deve atingir a produção de 2,7 Mt; no próximo estágio, também já em curso, alcançará 3,5 Mt.

— a COSIPA, igualmente com estrutura de grande porte e em regime de operação precário, sequer podia concluir obras, por falta de recursos; sua produção metalúrgica só se iniciou em 1965, com um total de 30 mil toneladas; este ano a COSIPA deve produzir perto de 1,5 Mt e caminha para 3,5 Mt, ao término do seu estágio III.

A dinamização do setor siderúrgico estatal começou, portanto, antes do advento da SIDERBRAS. A nossa empresa, também fruto do sopro de renovação que ocorreu na siderurgia brasileira no pós-64, coube tornar-se a grande fonte de dinamismo do crescimento do setor para otimizar os recursos públicos aplicados e compatibilizar a produção com os reclamos do desenvolvimento brasileiro.

A SIDERBRAS coordena as políticas de produção, de comercialização e financeira de suas subsidiárias. Orienta os respectivos programas de expansão, ajusta-os às realidades e perspectivas do mercado brasileiro, capta recursos, negocia empréstimos internacionais e promove transferência de tecnologia; harmoniza e enobrece critérios empresariais e administrativos; em suma, exerce as funções de empresa controladora, tirando partido do poder de barganha da elevada tonelagem que suas subsidiárias produzem (estimada este ano em 6,7 milhões de toneladas, cerca de 60% da produção brasileira) para obter o melhor para o País, tanto interna como externamente.

Simultaneamente, sob a liderança da SIDERBRAS, implantam-se novos empreendimentos siderúrgicos de grande porte no País, como a Aço Minas Gerais — AÇOMINAS e a Companhia Siderúrgica de Tubarão — CST.

Os trabalhos relacionados com estas duas novas usinas despertam interesse nacional e sei que os ilustres membros desta Comissão estão motivados para o assunto, o que se justifica plenamente, dada a importância que possuem na consecução das metas siderúrgicas brasileiras.

Farei, a seguir, um relato sucinto dos aspectos principais dos dois empreendimentos e coloco-me à disposição dos Senhores Senadores para, no final da exposição, responder a indagações sobre pontos de maior interesse de Vossas Excelências.

Tubarão é um projeto que resulta da ação internacional da SIDERBRAS e de seus entendimentos com a Kawasaki Steel, do Japão e a Finsider, da Itália. Será construída nos arredores de Vitória, com uma capacidade inicial de 3 milhões de toneladas e, para dar aos Srs. uma idéia do potencial, do vulto e da magnitude dessa empresa, basta os Srs. se recordarem que as três grandes usinas ainda não atingiram os 3 milhões de toneladas com que vão ser iniciados a usina de Tubarão. É o maior empreendimento siderúrgico implantado neste País, prevendo-se, em segundo estágio, dobrar esta capacidade. Tubarão produzirá semi-acabados (placas), sendo que 50% da produção destina-se ao mercado doméstico e a outra metade à exportação, para os mercados italiano e japonês, em partes iguais.

O Brasil detém 51% do capital. Financiamentos externos a longo prazo e juros baixos (15 anos e juros de 7,5 a 8%) estão previstos, numa proporção do dobro do financiamento que corresponderá à responsabilidade nacional.

A sua produção trará uma economia de divisas da ordem de 2,3 bilhões de dólares, no triênio 1982/1985, pelo atendimento ao mercado brasileiro em produtos acabados, que serão obtidos da transformação das placas de sua produção.

A usina representa um investimento, na sua primeira fase, de 2,2 bilhões de dólares, a preços de início de 1975. Mesmo considerando a importação de carvão, não acarretará ônus para a balança comercial brasileira, pois a exportação de placas mais a produção substitutiva das importações, asseguram à sua operação um saldo positivo de divisas, desde o seu primeiro ano de atividade.

A AÇOMINAS é um projeto dimensionado para produzir 2 milhões de toneladas de aço por ano. Os investimentos na usina estão orçados em 2,2 bilhões de dólares e os investimentos globais (inclusive infra-estrutura social) em 3,4 bilhões de dólares, dos quais 2 bilhões de financiamento e 1,4 bilhão de capital. O financiamento compreende euro-dólares de empréstimos concedidos por grupos financeiros franceses, ingleses e alemães acrescidos de linhas de crédito estrangeira e nacional, estas últimas da FINAME, o que tornou possível um índice de nacionalização de 60% de seus equipamentos. A usina produzirá anualmente 600.000 t de laminados não planos médios, 700.000 t de laminados não planos pesados e trilhos e 300.000 t de semi-acabados. A usina já está sendo construída em Ouro Branco e o seu cronograma de obras prevê o início de operação em 1981.

A AÇOMINAS surgiu originalmente como um projeto de Governo de Minas Gerais, transferindo-se depois, por força de Lei nº 6.159/74, para a SIDERBRAS que passou a deter o controle acionário do empreendimento, com 60% do capital autorizado de Cr\$ 7,200 bilhões.

Além dos projetos de Tubarão e da AÇOMINAS, a SIDERBRAS participa, ainda, do Projeto Mendes Júnior, conduzido pela empresa do mesmo nome, em Juiz de Fora, que eu sei que é a terra do ilustre Senador Itamar Franco.

Ressalte-se que a SIDERBRAS foi criada para fomentar o desenvolvimento da siderurgia brasileira e não apenas da siderurgia estatal, motivo pelo qual, avisadamente, a sua legislação básica permite participação em empreendimentos privados, desde que minoritariamente.

Como já está caracterizado que grandes empreendimentos siderúrgicos só se viabilizam com enorme mobilização de recursos financeiros, a SIDERBRAS associou-se ao empreendimento para garantir aportes necessários à implantação desta usina, que terá capacidade para 1.200.000 t/ano de produtos não planos em seu primeiro estágio, com investimentos de 1,2 bilhão de dólares.

Para não ampliar a presença estatal no setor, acertou-se um esquema de composição de capital que permitiu a permanência do comando acionário em mãos particulares. A SIDERBRAS embora contribua com 56% do capital, reterá apenas 30% das ações ordiná-

rias com direito a voto e 86% das ações preferenciais. Portanto, é um exemplo típico do apoio que a SIDERBRÁS dá à iniciativa privada no setor siderúrgico.

III — Perspectivas

Após esta apresentação dos trabalhos da SIDERBRÁS, passo a mostrar um quadro geral da situação siderúrgica brasileira, as perspectivas do Plano Mestre de Siderurgia e os principais projetos que estamos desenvolvendo para superar problemas e consolidar o *status quo* que nossa indústria do aço já alcançou.

No corrente ano de 1977, a produção brasileira de aço deve atingir 11,5 Mt o que corresponde a um impulso de 23,6% sobre as 9,3 Mt registradas no ano passado. Devo dizer aos Srs., mais uma vez, que segundo as conclusões do Congresso do ILAFA, realizado em Punta del Leste, no início de novembro, a previsão é de que a produção mundial de aço será mantida, em relação ao ano passado, talvez, ligeiramente negativa — entretanto o nosso impulso em relação ao ano anterior será de 23,6%. Vejam V. Ex's os esforços que o Brasil está fazendo nesse sentido.

Apesar deste aumento físico o Brasil ainda deverá importar este ano cerca de 900.000 toneladas no valor de US\$ 480 milhões.

Em números absolutos, teremos um acréscimo na oferta interna de 2,2 milhões de toneladas em aço líquido, o que se deve, sobretudo, aos expressivos ganhos de produção de conjunto de empresas da SIDERBRÁS, as quais deverão elevar sua produção de 5.085.000 toneladas em 1976 para 6,7 Mt neste ano.

Como destaques, citem-se o incremento de cerca de 700.000 toneladas na produção da COSIPA e de 550.000 na produção da CSN.

Isto é, mais do que a capacidade de produção de uma minúsula. Esse aumento da produção da COSIPA, este ano, em relação à sua produção do ano passado e o da CSN também este ano, em relação ao ano passado, significam que os novos equipamentos do estágio 2 já começaram a operar e a atingir sua plena capacidade de produção.

A USIMINAS alcançou a capacidade nominal do seu Estágio II, de 2,4 Mt e deverá ultrapassá-la em cerca de 300.000 toneladas. Dados do Instituto Brasileiro de Siderurgia deste ano relativos ao período janeiro/outubro, em comparação com igual período do ano anterior, indicam um aumento do volume físico da produção de 20,9%. Como até o final do ano esperamos um crescimento físico na produção de 23,6% conforme acabei de referir, os indicadores de produtividade devem ser ainda mais expressivos. E isso, sem sombra de dúvida, deve-se ao início de fruição econômica das expansões das usinas subsidiárias da SIDERBRÁS.

Com estes novos valores, chegaremos em 1977 a um consumo per capita de 110 kg/hab./ano, insuficiente para as novas necessidades de industrialização e ainda sem conseguirmos inverter a nossa posição deficitária crônica, no balanço siderúrgico. Mantido o ritmo de expansão atual, deveremos registrar em 1980 um índice de 130 kg/hab./ano e em 1985, o de 150 kg/hab./ano. Ressalte-se que ainda assim estaremos abaixo da média mundial, que é, no momento, de 180 kg/hab./ano.

Para chegarmos aos novos indicadores, haverá necessidade de substanciais investimentos. Até o final da década, o lado financeiro do problema já está equacionado, envolvendo entre inversões fixas e despesas operacionais, cifra próxima de 200 bilhões de cruzeiros, apenas na área de responsabilidade da SIDERBRÁS, o que dá idéia da magnitude dos números em siderurgia.

Apenas como registro, informo que no decênio 1966/75, nossa produção de aço ultrapassou a da Austrália, Alemanha Oriental, Luxemburgo e Índia e encontra-se, no momento, em níveis próximos aos da Espanha e Bélgica. Em termos de América Latina, produzimos o dobro do México e quatro vezes mais do que a Argentina, as duas siderurgias imediatamente mais expressivas.

Estamos atingindo patamares de produção mais altos com equipamentos novos que incorporam os mais atualizados processos tecnológicos. As novas coqueiras, equipamentos de pátios de maté-

rias-primas, altos fornos, aciarias, máquinas de lingotamento contínuo, e equipamentos de laminação conferem à nossa siderurgia um grau de modernidade que nos autoriza otimismo quanto à capacidade de competição do aço brasileiro pelos anos vindouros e este é um dado importante na avaliação de nossa problemática siderúrgica.

Não escapou aos responsáveis pelo programa de renovação do nosso parque aciário os aspectos energéticos de operação, pois com sua alta intensidade energética, a siderurgia responde por cerca de 5% do total da energia consumida no País, sob todas as suas formas, 7% dos gastos de óleo combustível e pela importação, em 1976, de US\$ 180 milhões de carvão coqueificável, conforme estudos do CONSIDER.

A crise do petróleo, que tanto nos afetou, conjugada à preocupação com o adequado abastecimento de carvão metalúrgico e óleo, levou os planejadores a incentivarem expansões e novos projetos com base em estruturas e processos de produção economizadores de energia, sobretudo de origem fóssil, visando o mais amplo e melhor aproveitamento de recursos energéticos próprios e, em especial, das áreas onde esses projetos se realizam.

O custo da energia passou a influenciar a seleção dos processos, inclusive quanto às alternativas de maior eficiência térmica. Este é o caso do lingotamento contínuo, nas três maiores usinas da SIDERBRÁS, face ao lingotamento convencional. A participação na mistura de carvões de qualidade inferior, sem perda de rendimento do coque, significando maior horizonte para o carvão nacional é outra preocupação da SIDERBRÁS.

O aço líquido obtido através do Processo Alto-Forno/Aciaria a Oxigênio, que já este ano representa 80% do aço produzido pelas empresas controladas da SIDERBRÁS, consome cerca de 50% menos energia que o obtido através da Redução Direta. Isto, de certa forma, inibe a mudança de estrutura para Redução Direta, a não ser no caso de usinas debruçadas sobre ricos depósitos de gás natural, petróleo ou carvão. A USIBA já utiliza o gás natural da Bahia no seu Processo de Redução Direta e a PIRATINI, no Rio Grande do Sul, no Processo SL/RN, usa o carvão regional.

A economia de energia passaria a influir, também, como fator seletivo de alta importância, no sentido do emprego e do aperfeiçoamento de novas tecnologias, inclusive visando a utilização de fontes alternativas mais abundantes e baratas de redutores, com maior aproveitamento daqueles de qualidade inferior e não coqueificáveis.

Se um esforço de coordenação efetiva, em todos os setores no que concerne ao problema de energia deve ser feito, é evidente que o setor siderúrgico tem que a ele se integrar, como estamos fazendo, principalmente porque a Política de Energia passou a ser a peça decisiva da estratégia nacional.

Cada vez mais, daqui por diante, deverá o setor siderúrgico planejar o seu desenvolvimento dentro de uma flexibilidade realista, procurando reduzir a sua dependência em relação às fontes externas de suprimento e levando em conta a advertência contida no II PND, de que o mundo enfrentará graves problemas, provavelmente crises e que, por isso mesmo, deverá procurar explorar novos caminhos e alternativas.

Para isso, haverá necessidade de se procurar:

- 1) maximizar o emprego das fontes naturais de energia do País, incluindo, como é óbvio, a ampliação do uso da energia elétrica de fonte hidráulica;

- 2) minimizar o balanço de suprimento de energia importada, sob critérios não somente técnicos mas, também, sob o enfoque da segurança nos suprimentos futuros, com diversificação de fontes de suprimento;

- 3) não menosprezar a tendência ascendente do preço do carvão, em decorrência do aumento de concentração da demanda por parte dos países grandes consumidores; (¹)

Não estamos livres de um dia formarem a OPEC do carvão.

- 4) atentar para o surgimento de prováveis políticas restritivas, dos poucos países supridores de carvão de alta qualidade. (¹)

Porque, enquanto é grande o número de países fornecedores de minério, são poucos os países detentores de carvão de alta qualidade.

Paralelamente, os últimos desenvolvimentos tecnológicos para melhor aproveitamento dos carvões de qualidade inferior abrem grandes possibilidades para o Brasil. São os processos chamados "COALTEK" ou de pré-aquecimento e "FORMED COKE", que merecem estudo prioritário na estratégia recomendada para a política nacional de energia abrindo, por outro lado, perspectivas promissoras para o carvão do côco de babaçu. Com essa finalidade específica, a SIDERBRAS acaba de adotar a solução que lhe pareceu mais indicada, que é a do estabelecimento de uma associação com uma firma privada visando à implantação de uma unidade de carbonização no Maranhão, para o fornecimento de carvão de babaçu em quantidade e qualidade adequadas às exigências dos testes em escala semi-industrial, programados e aprovados pela SIDERBRAS. Estes testes, que se seguem às experiências em laboratórios de pesquisas no exterior e na CSN e USIMINAS, já realizados com ótimo resultado, oferecem expectativas otimistas e a confirmação de seus resultados, em outros testes a serem realizados em escala industrial, poderá reduzir a um nível tolerável a dependência da Siderurgia Brasileira no que diz respeito a redutores importados, segundo conclusão do Relatório do Grupo de Estudos para o Babaçu, instituído pela SIDERBRAS.

A relevância dada pelo Plano Mestre de Siderurgia ao problema de energia obriga julgamentos rigorosos, no que tange às localizações das Usinas, sobretudo quando propõe como meta a ser atingida, a descentralização industrial. O transporte do redutor, acrescentando custos e gastos desnecessários, porque transporte é também energia, é mais um fator a condicionar o problema da localização de novas usinas.

Neste particular, cabe destacar a importância de um empreendimento como a Companhia Siderúrgica de Tubarão — CST que se assegura como um marco de mudança na geografia mundial do aço. Para os países altamente industrializados que se associaram à SIDERBRAS é muito mais conveniente importar produtos semi-acabados do que matérias-primas e redutores dos mais diferentes e distantes pontos do Globo, movimentando grandes navios graneleiros, com material de baixo valor específico. Pois não é demais lembrar que transporte também é energia.

Mesmo nos Estados Unidos, conforme revela a Revista "Business Week", de setembro último, siderurgistas daquele País estão sugerindo a formação de consórcios entre as grandes empresas norte americanas, para implantarem superusinas de semi-acabados, como meio mais eficaz e econômico de descarregar entre elas os pesados investimentos que cada uma teria que fazer, isoladamente, acrescidos dos adicionais para proteção ambiental.

Com o fornecimento assegurado desses semi-acabados, a custos reduzidos, em função da escala, cada usina passaria a se preocupar, tão-somente, com investimentos em laminação e acabamento dos produtos siderúrgicos de suas linhas de fabricação.

Quanto a nós, parece-me que temos de pensar também na evolução, nesse sentido, de nossa indústria siderúrgica. Não vamos nos limitar a ser eternos fornecedores de semi-acabados de aço para os centros industrializados no exterior. Por que não reproduzir também internamente o mesmo esquema que está sendo pensado e em alguns casos em vias de montagem nos países desenvolvidos? Algumas grandes Usinas instaladas em pontos estratégicos do território nacional — e Itaqui não está esquecida — gerando novos pólos de desenvolvimento, evitando o excesso de concentração industrial com suas repercuções sobre a degradação do meio ambiente, produziriam semi-acabados de aço a custos mais baixos. Esses semi-acabados seriam enviados para as usinas que, como centros de laminação próximos dos nossos maiores mercados consumidores, transformá-los-iam em bobinas, chapas, produtos revestidos, etc.

A meta básica do PMS é garantir o pleno abastecimento do mercado brasileiro de aço. Tomando por base reavaliações de tendências, a última revisão oficial do COMITÉ DE MERCADO, formado pelo CONSIDER/IBS/SIDERBRAS (RAM-MBA nº 2, de setembro de 1977) analisou 2 critérios de projeção: macro-econômico e setorial. As projeções macro-econômicas indicaram como mais prová-

veis, evoluções médias do PIB de 6,3% a.a. (76/80) e 8,7% a.a. (81/85) para a economia do Brasil.

Quanto às projeções setoriais foram elas orientadas em função dessas perspectivas da evolução da economia, mas formuladas essencialmente, com base nas previsões de demanda futura a nível de produto em pesquisa setorial. (*)

Eu trouxe o gráfico, que faz parte desse estudo do CONSIDER, onde V. Ex's verificarão o crescimento de acordo com os dois índices de crescimento do PIB de 1976 a 1986, onde consideramos a chamada hipótese pessimista, que é aquela curva de baixo (hipótese 1) e a curva chamada otimista, que é a curva de cima, até o ano de 1986. Vejam V. Ex's que enquanto a otimista quase atinge a 80 milhões de toneladas, em 1986, a chamada pessimista está abaixo de 30 milhões de toneladas. Portanto, a verdade estará naquela faixa pontilhada entre as duas, entre as quais inclui-se a curva de tendência de crescimento baseado na hipótese chamada setorial, que é aquela, a meu ver, que está mais próxima da verdade, porque é baseada justamente nas perspectivas de crescimento dos setores industriais, que são os setores mecânico, naval, de transporte, ferroviário, etc., V. Ex's vêem que, para isso, estaremos, em 1985, numa base quase de 30 milhões (27 a 28 milhões de toneladas), enquanto que para 80, o mercado ficará, digamos assim, entre 16 e 18 milhões de toneladas.

Como o custo atual de uma tonelada de capacidade instalada na siderurgia integrada é de mais de US\$ 1.500,00, nos próximos 10 anos teremos que investir entre US\$ 35 e US\$ 40 bilhões no setor siderúrgico, sem considerar as reposições para corrigir obsolescências. A SIDERBRAS pretende investir US\$ 2,7 bilhões no próximo ano.

Resta, portanto, equacionar devidamente a contrapartida dos recursos a aplicar, quer sob a forma de capital de risco para as novas usinas, quer sob a forma de aumentos de capital e de geração interna para as usinas em expansão, uma vez que a elevada propensão para o endividamento financeiro tem que ser estancada em limites suportáveis.

A criação de uma política apropriada nesse sentido — já que as dificuldades mais recentes atravessadas pelo setor decorrem de dificuldades de obtenção de recursos — impõem-se, desde logo, de modo a manter uma relação compatível entre não-exigível e exigível.

Acrece que os recursos disponíveis para capital de risco são restritos, o Orçamento da União é limitado e as demais fontes de que se tem valido a SIDERBRAS não são inesgotáveis.

Como o lucro é a mais importante fonte de capitalização das empresas, há que se assegurar, portanto, uma rentabilidade adequada ao setor, mediante preços realistas dos produtos siderúrgicos condizentes com o esforço de controle da inflação e o estabelecimento de uma política, baseada na experiência de outros setores, para criação de fontes adicionais de recursos. Nesse sentido, o Decreto-le nº 1.547, de 18 de abril de 1977, por exemplo, acaba de regulamentar o direito de crédito para as empresas siderúrgicas, com projetos aprovados pelo Conselho de não-Ferrosos e de Siderurgia — CONSIDER, de importância igual a 95% da diferença entre o valor do IPI incidente sobre a saída dos produtos e o correspondente entrada das matérias-primas, produtos intermediários, etc. Este é um grande incentivo, mas ainda não é suficiente.

A par disso, é necessário rever, formular e reformular a política de financiamento em cruzeiros para obras e compras de equipamentos no País. Se desejamos comprar mais no País, encorramos mais à indústria nacional, temos que ter cruzeiros para isso e, portanto, temos de ter financiamento em cruzeiros. Esse é um problema a meu ver, sério e que precisa ser enfrentado pelas agências finanças nacionais. Acredito, estou bem certo, que elas estão cientes conscientes do problema. É preciso reconhecer que é difícil, mas temos certeza que, conjugando esforços, haveremos de encontrar maneira mais adequada para, atendendo evidentemente à política do BNDE e FINAME, por exemplo, em todos os setores da economia industrial, possam esses órgãos atender, em condições mais adequadas, ao setor siderúrgico.

Parece razoável e necessário um reestudo dos prazos de amortização e de carência desses financiamentos, a fim de que, pelo menos, as amortizações não se tornem exigíveis antes da operação dos equipamentos na sua capacidade efetiva.

É evidente que a forma mais barata e estimulante para expansão de uma usina é através da aplicação de recursos próprios, mas é impossível pensar somente nesta forma de aplicação para se realizar um programa da envergadura do nosso Plano Mestre de Siderurgia. Como, por outro lado, é também impossível pensar-se em fazer as expansões, aos ritmos programados, através, somente, de aumentos de capital. Necessário será sempre recorrer-se a empréstimos mas as condições dos mesmos terão que ser favoráveis e convenientemente adaptadas à capacidade de geração de recursos de nossas empresas (capacidade essa que depende, fundamentalmente, da política de preços, além de outros fatores como a produtividade, é claro que esta aumentando com a implantação dos novos equipamentos, inclusive com o aperfeiçoamento dos nossos recursos humanos) e que, por seu turno, vai determinar a capacidade de endividamento de cada uma.

No mínimo, é indispensável que a geração interna de recursos, seja suficiente para cobrir as amortizações dos financiamentos existentes e os encargos financeiros por eles gerados, inclusive correções monetárias e desvalorizações cambiais.

Porque, senão vamos fazer empréstimos para pagar empréstimos, fazer dívidas para pagar dívidas. Isso não é possível, porque cairímos numa espiral sem fim. Portanto, a geração de recursos tem de ser, no mínimo, aquela necessária para pagar os empréstimos que temos de fazer. Para isso, temos de ter preços convenientes e produtividade. Além do mais, carência, de maneira que as amortizações não sejam exigidas durante o período de implantação e montagem do equipamento. Eles precisam entrar em funcionamento e operar, para que possamos começar a pagar as amortizações e para que possamos comprar mais no mercado nacional. O BNDE e a FUNAME, ao satisfazerem esse nosso desejo, estão também satisfazendo ao grande desejo da indústria nacional, que é o de que compremos dela cada vez mais.

Outro ponto da maior relevância para execução de um plano dessa envergadura é que, ao se colocar a questão do fornecimento de equipamentos nacionais, é preciso que os aspectos de prazos, qualidade e preços sejam devidamente considerados e não se constituam em fatores de comprometimento da viabilidade dos empreendimentos siderúrgicos.

Na concessão de uma margem de proteção razoável, com incentivos e estímulos fiscais e creditícios adequados, precisa ser considerada a questão da responsabilidade que a indústria nacional também tem de assumir, em contra-partida, no cumprimento de suas obrigações. Nossa indústria tem de ser convenientemente conscientizada das responsabilidades que assume ao se beneficiar com incentivos governamentais, quanto a padrões, preços, prazos, qualidade, grau de nacionalização, etc., e isso só se conseguirá, a curto ou médio prazos, se ela tiver que concorrer, sob razoável manto de proteção, é claro, com as indústrias de outros países industriais, mesmo porque o que se pretende induzir com essa proteção, em última análise, é a sua competitividade nos mercados internacionais, para transformá-la numa poderosa fonte adicional de geração de divisas. Nesse sentido, nunca é demais repetir que mais vale um dólar adicional de exportação, do que um dólar a menos de importação porque muito mais do que a diminuição do deficit em conta corrente, a dívida externa só é paga mesmo com os dólares gerados pela exportação.

De maneira que, no meu entender, o Governo ao estabelecer incentivos, de toda a ordem, fiscais e creditícios, à indústria nacional de bens de equipamentos, para que compremos, cada vez mais nela, o Governo está também, com isso, induzindo a que ela se capacite, cada vez mais. Mas não somente em nos atender, mas para atender em condições de competitividade com as empresas estrangeiras fornecedoras desses mesmos equipamentos para capacitá-la a exportar. O que queremos é aumentar nossas exportações, não só de matérias-primas mas de bens de equipamento também.

De maneira que, no meu entendimento, a grande finalidade desse elenco, desse verdadeiro arsenal de incentivos, é dar à indústria nacional conclusões de competitividade para os mercados externos.

Por último, mas não menos importante, deseo referir-me às responsabilidades da SIDERBRAS na área de formação de recursos humanos, estreitamente vinculada ao propósito de elaboração de uma tecnologia siderúrgica própria. A expansão do parque produtor, com absorção de tecnologia avançada, já está exigindo qualificações intelectuais maiores do contingente de mão-de-obra. Mediante convênios e ação das suas próprias subsidiárias, estrutura-se um sistema de identificação de necessidades, fomento à formação profissional e desenvolvimento de recursos humanos para a siderurgia, inclusive no exterior. As empresas da SIDERBRAS investirão, este ano, cerca de 250 milhões de cruzeiros em treinamento e desenvolvimento de mão-de-obra, cifra que deve dobrar em 1978, sob os influxos da Lei nº 6.297/75, que dá incentivos à formação profissional.

Isso faz parte de um programa de educação, formação profissional, treinamento de contingente de mão-de-obra com o grau de diversificação e especialização necessárias para atender aos reclamos dessa nova fase da nossa siderurgia.

Ocorre lembrar que a totalidade de nossas usinas empregaram, em 1976, 142 mil pessoas, o que corresponde a pouco mais de 2% do emprego no setor secundário de nossa economia. Só as empresas da SIDERBRAS empregavam, em 30 de junho desse ano, 59.000 trabalhadores, ou seja, somos responsáveis por cerca de 60% da produção nacional com cerca de 40% do efetivo, o que demonstra a produtividade do setor estatal da Siderurgia.

A taxa de reposição média anual de mão-de-obra na siderurgia brasileira atinge 6,7% com expressivas variações por região e por categoria ocupacional. Levando em conta a rápida expansão prevista para os próximos anos, as estimativas indicam um crescimento da demanda a uma taxa cumulativa média de 17% ao ano, absorção de mão-de-obra. Em termos quantitativos, isto significa que a mão-de-obra engajada na siderurgia brasileira vai mais que dobrar, até 1985, prevendo-se que sejam criados 150.000 novos empregos.

Para enfrentar este verdadeiro desafio na área de sua responsabilidade, a SIDERBRAS vem adotando, entre outras, as seguintes providências:

a) promover maior integração Escola-Empresa, principalmente com aquelas profissionalizantes e de vocação tecnológica ou administrativa;

b) manter profícua colaboração com o Ministério do Trabalho e com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial — SENAI;

Temos aqui até um representante do Ministério do Trabalho, o Dr. Alair, que sabe e está bem ao par dos entendimentos que estamos fazendo sobre o problema, com o Ministério do Trabalho;

c) incentivar os programas de treinamento conduzidos por suas subsidiárias;

d) uniformizar a nomenclatura de cargos na área siderúrgica, mediante um cadastro geral de ocupações, com o sentido de valorizar a formação profissional e favorecer a implantação dos programas de desenvolvimento de mão-de-obra do setor;

e) fomentar o desenvolvimento de Recursos Humanos na área tecnológica e de desenvolvimento gerencial, através de apoio às agências nacionais capacitadas para oferecê-los.

Finalmente e para registro, gostaria de ressaltar que o setor estatal da siderurgia é o que registra as menores taxas de freqüência e gravidade em acidentes do trabalho, o que espelha a preocupação das nossas empresas com a prevenção e a segurança no trabalho.

Feito este relato, agradeço a benevolente atenção que me dispensaram e agora coloco-me à disposição de Vossas Excelências para esclarecer quaisquer pontos sobre o tema que me trouxe até aqui.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — A Presidência comunica aos Srs. Congressistas que a reunião será suspensa durante 5 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Está reaberta a reunião.

Não sei se o Senador Itamar Franco está mobilizando aí uma força de debate especial, e o Senador Dirceu Cardoso, também, que ainda não regressou.

Dr. Wilkie, depois da sua série de palestras temos aqui, por enquanto, como debatedores inscritos, Senador Itamar Franco, Senador Dirceu Cardoso, Senador João Calmon, o Deputado Gerson Camata e o Deputado Newton Barreira.

Vou ter a honra de conceder a palavra ao primeiro debatedor que é o Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO — Sr. Presidente, Senador Jarbas Passarinho, Dr. Wilkie Barbosa, meus cumprimentos, inicialmente, pela brilhante exposição de V. Ex^e.

Não estou me preparando, como diz o Senador Jarbas Passarinho, para um debate. Mas, evidentemente, face à exposição excelente, na verdade, eu me permiti rapidamente anotar alguns tópicos e vou-me limitar a alguns deles, porque sei que há outros companheiros que desejam debater com a inteligência de V. Ex^e.

O primeiro ponto, aqui, apenas como reflexo e oportunidade, é quando V. Ex^e fala no problema japonês, importando minério, carvão e a sucata, e que ainda consegue registrar um superávit de 170%. Não é o caso, no momento, de debatermos o problema da política de minério brasileiro. Mas, registro apenas este fato, recordando as palavras de V. Ex^e, para mostrar, ainda que de passagem, que essa política de minério nosso tem sido sumamente prejudicial ao Estado de Minas Gerais. Eu queria, como representante de Minas Gerais, pelo menos deixar registrada esta observação aqui, sobretudo quando V. Ex^e relembra esse aspecto do desenvolvimento japonês.

Outro dado que me despertou a atenção — e agora já pergunto a V. Ex^e — está na pág. 12, quando se refere:

"Conciliar essas finalidades, legítimas, com outros objetivos não menos importantes de interesse público, foi o que se propôs a SIDERBRÁS. Partimos da premissa de que, se vamos auferir benefícios com sua vinda para cá, é razoável que os nossos parceiros também tenham, em contrapartida, um proveito justo."

Que definição de proveito justo seria esta? Seria o recebimento de equipamentos para a formação de capital ou seria realmente o recebimento de dólares para a formação de capital, na participação estrangeira dessas indústrias no problema siderúrgico brasileiro?

Esta já seria a minha primeira indagação a V. Ex^e.

O SR. WILKIE MOREIRA BARBOSA — Nobre Senador Itamar Franco. Primeiramente desejo agradecer as suas bondosas palavras e, no que diz respeito à resposta a sua pergunta, V. Ex^e está querendo saber que espécie de benefícios o Brasil usufruiria ou os nossos associados teriam? Não entendi bem se o Sr. queria falar sob o ponto de vista do Brasil ou dos associados estrangeiros?

O SR. ITAMAR FRANCO — Dos associados. V. Ex^e fala que eles devem ter um proveito justo, não é? Eu queria exatamente uma definição de proveito justo.

O SR. WILKIE MOREIRA BARBOSA — Entendi. Naturalmente, que a um empreendimento desse porte, dessa envergadura, ninguém procura se associar, se não puder, como resultado dessa associação tirar, evidentemente o benefício que procura porque em todo mundo, quando se juntam duas ou mais pessoas físicas ou jurídicas para fazerem alguma coisa que seja útil visa-se um resultado benéficio para ambos.

Admito que esse seja o propósito, e é realmente o propósito dessa associação nipo-italiana e brasileira. No Brasil, no campo da siderurgia, é certo, ou em outros campos, penso que essa venha a ser a primeira vez em que três grandes associados de três países diferentes se juntam — Brasil, Itália e Japão — para implantarem uma indústria siderúrgica desse porte, conforme tive oportunidade de enfatizar, com a grandeza e a magnitude desse empreendimento.

Primeiramente, vejamos, que vantagens os associados estrangeiros visam. Os Srs. reparem uma coincidência interessante entre Japão e Itália: todos dois são carentes de matérias-primas; todos dois são carentes de minérios; todos dois são carentes de carvão, todos dois são carentes de óleo; todos dois são carentes de espaço físico. E, para terminar aquela minha trilogia de que a indústria siderúrgica é uma indústria de "capital intensivo" e uma indústria de "labor intensivo" eu diria também que a indústria siderúrgica é, sobretudo, uma indústria de "land extensive". Precisamos de grandes espaços de terra para implantar uma indústria siderúrgica desse porte e em condições especiais; não é qualquer pedaço de terra, mesmo que tenha área que serve. É preciso dispor de uma série de atributos para justificar a localização: primeiramente, a infra-estrutura; a infra-estrutura é indispensável. Temos que ter transportes, estradas, as pontes têm que ser reforçadas para poder suportar o peso das cargas que as vão transpor; é preciso ter escolas, hospitais, casas e uma série de outros condicionamentos, porque se, além do investimento, na siderurgia, que já é fantástico, tivéssemos também de investir em tudo o mais, então a decisão ficaria muito difícil e talvez possível, no caso da implantação.

Então, o resultado é este: Eles já não têm lá o "land extensive", eles não têm as grandes extensões de terra, portanto, para implantarem usinas de 3 milhões de toneladas. Por outro lado, quando se implanta uma usina, tem-se sempre de reservar uma área quase que equivalente àquela, já prevendo que uma usina nunca fica na capacidade com a qual se instala. Tem que antes de reservar uma área para, pelo menos, dobrar e, talvez, até triplicar a capacidade no futuro.

Esse é o problema do "land extensive".

Além do mais, eles estão chegando à conclusão de que é mais econômico, ao invés de importar minério daqui, dali, dacolá, gastando em transporte e, portanto, gastando energia, que hoje é cara em grandes graneleiros, e também carvão em grande tonelagem, é muito melhor transportar o aço já semi-acabado, o aço sob a forma de placa ou sob a forma de bloco. As operações de grande rentabilidade são a transformação dessas placas e blocos em toda sorte de produtos acabados, sofisticados, desde chapas grossas para navios, chapas finas a quente, bobinas a quente, bobinas a frio, revestidos e toda a série de outros produtos siderúrgicos. Então, que procuraram mais, esses associados, mais, exatamente, é se concentrarem, por falta inclusive de espaço, e por causa do problema da energia, na transformação de produtos onde a tecnologia é mais intensiva e a mão-de-obra mais qualificada.

Essa a meu ver é uma condicionante: eles procuram se associar a um país, onde haja grandes extensões de terra, com localizações apropriadas e onde haja uma ou preferivelmente, as duas fontes de recursos, naturais ou minério ou carvão ou se puder os dois juntos. Mas, infelizmente, só temos uma, que é o minério. Temos competidores que têm as duas fontes e eu sempre digo: não se esqueçam de que quem está competindo não são eles, somos nós.

Estamos competindo com a Austrália, com o Canadá, com a União Sul-Africana; nossos associados é que estão escolhendo o terceiro país. "Onde é que vou fazer esta usina?" No Brasil? E aqui? Então, o que precisamos oferecer melhor em contrapartida? Eles não vêm de graça, nem vêm em campanha benéfica. Eles dizem: "Então, o que vocês nos dão em troca?" Eles já vão nos dar a usina implantada aqui, já vão nos dar empregos, que, na totalidade ou quase serão de brasileiros. Eles trarão técnicos estrangeiros, mas trarão, com isso, também o quê? Tecnologia, aprendizagem que custa dinheiro. Mas, naturalmente, eles querem certos tipos de incentivos. Eles querem, por exemplo, que os equipamentos, ao chegarem aqui, não paguem direitos alfandegários. Isso não é nada demais, do contrário, parece-me muito justo, porque, inclusive, não é uma dádiva especial para Tubarão. Já existem decretos e leis prevendo, para empreendimentos, que se instalem no Brasil, visando à exportação, uma série de benefícios, como especificados no Decreto que criou o BEFIEX. Portanto, eles querem apenas conhecer o leque de estímulos e incentivos disponíveis em nosso

arsenal e saber, daquele leque, com quais eles poderão contar ou não. Então, esta é uma contrapartida que podemos dar.

A outra contrapartida é a seguinte: Eles também querem, conforme eu disse, criar um centro abastecedor da matéria-prima, digamos assim, de semi-elaborados que serão as placas. Então, ao invés de implantarem em seus países, complexos siderúrgicos para produzir placas, pois para fazer isso é preciso dispor de grandes pátios para carvão, para minério, etc. e de todo aquele equipamento de movimentação dos mesmos que ocupam grandes áreas como sinterização, coquerias, alto-forno, etc., eles estão procurando descartar e concentrar associando-se com outros, num terceiro país. Os grandes laminadores, os mais sofisticados equipamentos de transformação a quente, e a frio, as linhas de estanhamento, as linhas de galvanização, as linhas de pintura, as linhas de produtos mais elaborados e sofisticados, ficam em seus países.

De maneira que digamos assim, uma verdadeira mudança, está a meu ver se processando e vai ocorrer, principalmente, na década de 80, depois de 85, provavelmente na estrutura mundial do aço. E isso, talvez, seja uma das razões principais para, no momento, todo o mundo siderúrgico estar mais ou menos perplexo sem coragem de fazer grandes investimentos, porque estão na expectativa de detetar o verdadeiro rumo que a Siderurgia tomará no mundo.

Sou dos que pensam que o rumo vai ser este. E nós, se não formos tolos, desculpem a expressão, vamos ser os primeiros a ter uma usina desse porte no mundo. Se demorarmos muito, e como eu disse, estamos numa competição, talvez, essa usina, acabe indo para o Canadá. Lembrem-se que o Canadá tem duas costas: pode exportar placas para a Europa e para o Japão com a mesma facilidade. Nós só temos uma; vamos ter que dar a volta ao mundo para levá-las ao Japão. Temos essa desvantagemzinha. E, o Canadá tem, além do mais, carvão, também tem minério.

Tudo isto tem que ser ponderado. Então, quer dizer, temos discutido, discutido, há 4 anos. Pode chegar o dia que eles digam: "Bem, agora não quero mais discutir", ou, vão perdendo aquela confiabilidade.

Então, é como sempre digo: quem está nesta competição é o Brasil. Nós é que estamos competindo com outros países interessados — e não eles — eles estão, apenas, optando por aquele país que melhores condições lhes possam oferecer.

O Brasil é um grande País e tem todas as condições para vencer essa competição, porque, inclusive, nossos sócios têm, também, outros interesses no Brasil, que apresenta um grande mercado, um crescimento, impressionante; de maneira que, a meu ver, o que há na verdade é um interesse mútuo muito grande. É, dentro desse contexto, que vejo o interesse deles e também o nosso, com benefícios para ambas as partes.

O SR. ITAMAR FRANCO — Nesse aspecto, a indústria brasileira não seria sacrificada?

O SR. WILKIE MOREIRA BARBOSA — Em absoluto, Senador. Acho que a indústria brasileira — para dar uma idéia a V. Ex^e, pelo menos no que diz respeito ao setor siderúrgico, do estágio 2 para o estágio 3, que não houve solução de continuidade e mostrei, na minha exposição, que o estágio 2 está acabando, ainda mesmo até não acabou porque só a USIMINAS terminou este ano, o estágio 2, a CSN está acabando, no final do ano, e a COSIPA só vai acabá-lo no ano que vem — está recebendo concomitantemente, encomendas dos estágios 2 e 3, sem solução de continuidade. A indústria nacional de bens de equipamentos teve um acréscimo, no grau de nacionalização dos equipamentos do estágio 2 para o estágio 3, de menos de 25% de participação para mais de 65% de participação. Veja, então, o grande avanço que a indústria nacional deu no período. O que não é possível é o Brasil fazer tudo; nem o Japão faz tudo, nem é desejável. Temos que fazer aquilo que podemos fazer melhor. Aí, entram as vantagens comparativas: o que é que podemos fazer melhor? Vamos começar por isso enquanto procuramos aperfeiçoar aquele que ainda não fazemos bem, para passarmos a fazer bem. Por exemplo: pontes rolantes. A meu ver, esse é um tipo de equipamento que hoje não se

precisa mais comprar no exterior, desde que eles os forneçam a preços competitivos embora com determinados benefícios governamentais. O que não é possível é querer que nós compremos pontes rolantes pelo dobro ou pelo triplo do preço pois não há indústria siderúrgica que aguente. Por que preço vai sair esse aço, que terá de ser adquirido por eles mesmos para fazer essas mesmas pontes rolantes? Assim, nós da I. Siderúrgica vamos progredindo e eles também, da I. de equipamentos com os incentivos que o Governo vai concedendo. Mas, vamos ter que nos aperfeiçoar, melhorando tecnologias e padrões, de qualidade para sempre competirmos. É dentro da competição que nós atingiremos o melhor; não se competindo acaba o estímulo para melhorar; quem não compete não tem necessidade de fazer melhor. Acho indispensável termos todos os benefícios, para entrarmos na competição com os países mais industrializados. O preço do equipamento nacional comparado com o preço dos equipamentos estrangeiros, incluindo os benefícios, têm que pouco a pouco ficarem competitivos e melhorar à medida que a capacidade tecnológica aumenta. Para isso é preciso não se fechar o mercado nacional ao produto estrangeiro.

A expressão reserva de mercado, para mim, é incompatível com a filosofia e sistema que a iniciativa privada mesmo defende. A adotar o princípio da reserva de mercado, prefiro ir para o estadismo, porque aí então é o Estado o próprio dono, o próprio consumidor, isto é, o próprio povo, que se transforma no dono das empresas. Reserva de mercado, para quem defende iniciativa privada, é um palavrão! Existe até uma lei que veda associações, negociações entre empresas, para domínio de mercado. Ninguém pode propor se associar a alguém e muito menos ao Governo, com esse propósito porque isso é ilegal, no meu entender. Não sou advogado, mas creio que existe uma lei, que eu não me recordo o número, que veda associações desse tipo e proposições com vistas a reserva de mercado.

O SR. ITAMAR FRANCO — V. Ex^e falou da necessidade de um planejamento siderúrgico ter uma flexibilidade realística e nós concordamos com isto, apesar de não valer a pena discutir no momento, nem é esse o meu propósito, das ementas previstas no II Plano Nacional de Desenvolvimento, que não vamos alcançar em relação ao aço. Mas, a pergunta se prende ao seguinte: uma outra expressão usada agora por V. Ex^e em relação aos espaços físicos. Em relação a Volta Redonda, a Açominas e a Mendes Junior, em Juiz de Fora. A Siderúrgica Mendes Junior, pudemos ver bem de perto, pois éramos prefeito da cidade, na época, quando surgiu a idéia, em 1970, e acreditamos mesmo que só a presença da SIDERBRAS é que pode dar um impulso forte na maturação desse projeto; desde 1970, repetimos, a iniciativa privada pretendia instalar em Juiz de Fora uma Usina Siderúrgica e que agora vai iniciar. Surgiu, também, o problema da Açominas, prevista em Minas, desde 1962, e que só agora, com o Governo de Aureliano, é que se deu um grande impulso. Queremos, por conseguinte, fazer uma relação e fazer a seguinte pergunta: A Siderúrgica Mendes Junior, com um projeto em maturação, desde 1970, para aços planos; a Açominas, surgindo desde 1962, mas efetivada depois da apresentação do projeto Mendes Junior, para o setor também de aços planos e Volta Redonda, com um problema de área física menor, com dificuldades para a sua expansão, por que a Açominas não caminhou no sentido de aços planos e não planos, já que havia um projeto de aços não planos no setor privado. Seria a pergunta que queria formular. Não haverá conflito no futuro com relação ao mercado? Quando V. Ex^e afirma que estamos importando 900 mil toneladas e pagando cerca de 480 milhões de dólares?

O SR. WILKIE MOREIRA BARBOSA — A Açominas vai entrar justamente na linha de perfis médios e pesados, principalmente, e com todos aqueles tipos de perfis, inclusive os ainda não fabricados no País, que se destinam à implantação de grandes obras públicas. O principal cliente da Açominas é o Governo, porque serão as grandes empresas estaduais, as grandes empresas governamentais, como a Rede Ferroviária Federal, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. (Desgravado) as pessoas da parte de mercado

que, talvez, quisesse complementar alguma coisa a mais em relação a perfis pesados, o mercado de perfis pesados para a Açominas? Está aqui o nosso gerente de mercado lá e que fez um bom estudo sobre esse negócio, que tem os números do Japão, etc. que poderia dar uma explicação ao Senador.

O SR. WILLIAM ROCHA CASTAL — Bom, é de se esperar que no início, até que esse mercado responda adequadamente a esta oferta, que a Açominas tenha que passar por uma fase de dificuldades, do ponto de vista demanda. A Açominas, hoje, está consciente e se prepara para enfrentar as dificuldades e é natural a dificuldade inicial, o mercado de consumo não existe, pois está contido devido à falta de oferta. Então, a Açominas já se prepara para enfrentar o início de produção, nos dois ou três primeiros anos, com uma exportação do que seria o excedente daquilo que o mercado interno não viesse consumir. A demanda desse tipo de produto, no Brasil, é insignificante, não se desenvolveu por falta de hábito, por falta de oferta. Sabemos que os países mais industrializados, como o Japão, a Alemanha, Estados Unidos têm um consumo bastante elevado desse tipo de produto. O que se questiona é o ponto de vista da substituição que esses tipos de produto vão fazer em relação ao mercado atualmente existente, que é o da construção civil. Tem que haver uma harmonização desses dois tipos de mercado. O da construção civil, que é de grande desenvolvimento no País, vai, de alguma forma, sofrer concorrência com esse tipo de produto que vai ser colocado no mercado, a partir da inauguração da Açominas. Naturalmente, há que harmonizar esses dois tipos de mercado. Agora, quanto ao volume da produção da Açominas, não temos dúvida que o mercado vai responder adequadamente a esta produção.

O SR. WILKIE MOREIRA BARBOSA — Tudo está, Senador, em equacionar e adequar. A demonstração do Dr. Castal prova que a SIDERBRAS está atenta ao problema evidentemente de um novo mercado, que está sendo criado, significando com isso desenvolvimento.

Haverá dificuldades, nos primeiros anos, para colocar toda a produção no mercado, se bem que há outros tipos de produtos que a Açominas poderá fazer em substituição a esse, até que o mercado se consolide. De maneira que se trata de uma preocupação consciente e estamos preparando a forma de vencer isso com tranquilidade.

O SR. ITAMAR FRANCO — Queremos deixar claro aqui, naturalmente como representante de Minas Gerais, que defendemos a Açominas. Apenas, a pergunta foi dirigida pelo seguinte: se ela não deveria ter sido viabilizada no setor de planos e não de não-planos. Não foi feita num tom de crítica. Haja vista a preocupação do nosso Presidente aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Quero repartir equitativamente o tempo. Os nobres Senhores Deputados têm sessão às 13:30 horas da tarde.

O SR. ITAMAR FRANCO — Sr. Presidente, fazendo, então, a nossa última pergunta: É vantagem se defender a implantação de mini-siderúrgicas ou siderúrgicas de três milhões de toneladas? No caso, por exemplo, de Juiz de Fora, a siderúrgica prevista para 600 mil toneladas, elevou-se, na chamada economia de escala, para 2 milhões de toneladas, caindo, agora, para hum milhão 200 mil toneladas e já ouvimos dizer que vai cair para 800 mil toneladas. Para um País sem recursos é vantagem entrar nessa economia de escala?

A última pergunta: No setor nuclear, há alguma previsão da SIDERBRAS para a energia nuclear nas siderúrgicas?

O SR. WILKIE MOREIRA BARBOSA — O tema é bastante contráverso. É a tal história, na área siderúrgica há as minissiderúrgicas e as grandes siderúrgicas. Há lugar para todas elas. Diria a V. Ex^e, para um empreendimento desse tipo de semi-acabados, não há outra maneira, senão a super-usina. Na área de produtos planos, chapas de toda ordem, o tipo de usina mais aconselhado para se obter produção em grande escala a preços baixos é a grande usina. Para a área de não-planos, a miniusina poderá ter o seu lugar, não

resta dúvida, e poderá ser instalada em lugares mais próximos dos mercados, dos centros de energia e de transporte, porque ela poderá produzir 200 mil, 300 mil toneladas com, digamos assim, econômicidade, poderá partir de formas elétricas, sem necessidade de todo aquele equipamento anterior de parte de minério, partes de carvão, alto forno, pode trabalhar à base de sucata e, agora, com o advento do ferro-esponja, recebendo de terceiros, poderá a miniusina ter o seu lugar, dependendo da localização e da faixa de produtos que vai produzir, como perfis leves, não resta dúvida. Mas, para planos e semi-acabados acho que não tem outra solução. Inclusive, não vejo razão para controvérsia e para tanta briga. Há lugar para os dois. O Brasil é muito grande e tem lugar para tudo. Nesse ponto, não há com que se preocupar.

No que se refere à energia nuclear, desejo dizer a V. Ex^e que realmente é uma preocupação, não somente nossa, mas de toda a siderurgia no mundo. Estou convicto de que a energia nuclear, na siderurgia, só terá o seu advento no ano 2000. Antes disso, para a siderurgia, não por questões de impossibilidade tecnológica, mas por questões de economicidade, porque a siderurgia, ao mesmo tempo em que consome energia, também produz. Isso tem sido discutido e tema de vários congressos.

O SR. ITAMAR FRANCO — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Acho que os Srs. Senadores concordam plenamente em que, numa homenagem à presença dos Srs. Deputados aqui, eu faça uma articulação de tal modo que o Senador interogue o conferencista e, em seguida, seja ele interrogado por um Deputado.

Neste caso, passo a palavra ao Deputado Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA — O ilustre Conferencista deve estar observando a presença maciça de Senadores e também Deputados do Espírito Santo, que traduz uma inquietação de todos nós, capixabas, uma preocupação muito grande com sucessivos adiamentos, proteções e de controvérsias sobre o problema da nossa usina de Tubarão. Notamos que o Ministério da Indústria e do Comércio diz uma coisa, a SIDERBRAS outra, e a Companhia Siderúrgica de Tubarão às vezes diz outra coisa; observamos até que, recentemente, o embaixador do Japão disse uma outra coisa e os negociadores da SIDERBRAS disseram outra coisa. Houve, no Espírito Santo, investimentos maciços, tanto da área governamental, quanto da área privada, na expectativa dessa usina. Os atrasos que se verificarem poderão provocar sérios prejuízos econômicos, na área pública, na privada, no Estado do Espírito Santo. Daí, a presença dos Senadores João Calmon, Dirceu Cardoso, Deputado Antônio Maria, Mário Moreira, é a pressão do nosso povo que está querendo uma resposta. E a sua vinda que o nobre Senador Dirceu Cardoso tomou a iniciativa de convocar, foi também muito ligada a esse problema. Mas o que esperávamos, além da conferência escrita, em que V. Ex^e foi ligeiramente vago sobre o problema de Tubarão, uma afirmativa enfática, pesada, bem verdadeira e definitiva, que colocasse tudo claro.

O SR. WILKIE MOREIRA BARBOSA — Nobre Deputado, acho muito justo e natural V. Ex^e, como representante do povo capixaba, ter essa preocupação, assim como seus colegas, inclusive, o Senador Dirceu Cardoso que foi meu companheiro de turma na Escola Superior de Guerra. É muito natural que os representantes do povo do Espírito Santo tenham todo esse interesse e desejem uma palavra afirmativa e definitiva a respeito desse projeto. Mas, V. Ex^es não de compreender que, conforme eu disse, é o maior projeto siderúrgico jamais feito, até hoje, neste País. Já por aí, V. Ex^es verificarão que não é um tipo de negócio para ser resolvido assim, de imediato. Além do mais, há a considerar a complexidade de um projeto em que estão envolvidos três países. Nesses três, há um grande número de empresas envolvidas. Pelo Brasil há a SIDERBRAS, como sócio, a ESN e a COFAVI; pelo Japão a KAWASAKI é o sócio que representa e que fala em nome de 14 outros sócios. Há um grande número de empresas japonesas sócias de Tubarão, representadas pela KAWASAKI. Na Itália, o sócio que fala é a FINSIDER, que é uma

empresa estatal. Isso, talvez, facilite. Mas, também, como nós aqui, segundo sentimos, a Itália também é muito pressionada pelos fabricantes italianos de bens de equipamento. Há uma luta muito grande, que eles enfrentam lá, tal qual nós aqui enfrentamos com os nossos. Então, vejam V. Ex's que é um empreendimento de grande complexidade.

Além do mais, há o problema dos incentivos. O Governo sente e entende que precisa dar incentivos. Mas, ao mesmo tempo, ele quer dosar e acha, o que é muito natural, que não deve dar demais. Nós, como integrantes da SIDERBRÁS, temos a responsabilidade de estudar isso muito bem, para não concorrermos para que o Governo incida em erro contra os interesses nacionais. De maneira que essa questão de incentivos é um outro problema que está sendo estudado. Eles, do outro lado, pressionando, querendo cada vez mais.

Por outro lado, também, há a questão do preço das placas. Por que preço vamos vender estas placas? Não há preços internacionais, ainda, de placas. O mercado internacional de placas é ainda aleatório. Talvez se consolide e se fixará, quem sabe, na década de 80, em consequência do que eu disse aqui, que há — a meu ver — uma tendência na mudança da estrutura da siderurgia no mundo, deslocando a fabricação primária para os países de tipo como o Brasil.

De maneira que, na avaliação de critérios para a fixação de preços, a palavra seria que elocubrações mentais são feitas por técnicos de três países para se determinar fórmulas de preço de placas.

O Japão mandou para cá — vou dizer aos Srs. — verdadeiros matemáticos que ocupavam um quadro negro, do tamanho daquela parede que os Srs. vêem, desenvolvendo fórmulas para tentar chegar a determinadas proposições em que levavam em consideração o juro, o prazo do financiamento, o valor da parte deles, o valor do minério; e se vai existir, se não vai existir outra indústria do mesmo tipo daquela, e todas essas considerações. E o italiano, por sua vez, não fez por menos, também. Trouxe grandes matemáticos, economistas e nós, que não queríamos ficar atrás nesta história, pegamos o melhor que temos na SIDERBRÁS e, graças a Deus, oferecemos uma representação muito boa, com nossos elementos, e que deu um verdadeiro show de fórmulas, para afinal, chegarmos então, a estabelecer um princípio e que foi o seguinte: Vamos determinar como preço de referência o chamado PCR: preço de custo remunerado. Vamos fazer de Tubarão um empreendimento sem riscos. Com esse PCR, entramos em consideração com os custos operacionais, quer dizer, custo das matérias-primas, do carvão, do minério e etc., e o custo da transformação. Vamos levar em consideração as quantias necessárias para pagar as amortizações, dos empréstimos, os custos financeiros destes empréstimos e vamos estabelecer uma parcelinha para remunerar o capital, ao longo dos 18 anos, porque o nosso contrato perdurará por 18 anos. No fim dos 18 anos, a usina é nossa e aí, eles continuam ou não, se quiserem. A usina, eles não vão levar de volta, eles consideram o equipamento amortizado e pago. Portanto, a usina é nossa, no fim de 18 anos. A USIMINAS já tem 18 anos. Portanto, 18 anos, na vida das nações, não é nada.

De maneira que, tudo isso, a meu ver, é argumento a favor de Tubarão.

Então, os Srs. vejam que, toda essa sorte de argumentos, de negociações, leva tempo. E não somente, aqui no Brasil, nas nossas negociações com o nosso Governo; eles também precisam lá, nos países deles, de tempo. Agora mesmo, sei que a Itália está controlando a saída de capitais. Para a participação de uma das parcelas do sócio italiano, tive que passar um telex, para o Presidente da FINSIDER, encarecendo a necessidade de não atrasar com sua participação. Disseram-me que a imprensa brasileira, com notícias desencontradas, está perturbando a negociação dos nossos sócios com os seus governos, nos respectivos países. Os Srs. são brasileiros, como nós, e acho que têm todo o interesse nesse assunto. Isso me foi dito na semana passada, por um enviado da Itália e outro do Japão para me falarem isso, sobre esse noticiário desencontrado de todo o dia, que está perturbando as negociações. Eles negociam como nós. A SIDERBRÁS com o nosso Governo, e eles negociam, lá também, com o governo ja-

ponês e o da Itália. Como é, isso vai ser assim? Mas, o jornal de hoje disse isso, esse jornal está dizendo aquilo todo dia. Tubarão não sai mais dos jornais. Sei que é um assunto quente, é um assunto que interessa não somente aos capixabas, mas a todos os brasileiros, e eu sou um entusiasta desse empreendimento, mas os Srs. reparem que o meu nome não tem saído aí não. Vocês sabem disso. Porque acho que a melhor forma de ajudar a usina de Tubarão é procurar evitar, principalmente, notícias desencontradas. Vamos falar um pouco menos e, quanto falar, fazê-lo com mais segurança, com mais objetividade. Notícia todo dia, aguá e atrapalha.

O SR. GERSON CAMATA — Permite V. Ex^e uma intervenção? O que está ocorrendo é que o responsável pela notícia desencontrada é a fonte e, assim sendo, acabam gerando notícias desencontradas. Então, observa-se que o Presidente da SIDERBRÁS diz uma coisa e o Ministro diz outra. Hoje, por exemplo, os jornais estão dizendo que o Governador do Espírito Santo está convidando o Ministro da Indústria e do Comércio para o início da terraplanagem. Acho que o Ministro é que devia convidar o Governador, porque a obra é ligada ao Ministério. Não entendi o por quê. Quer dizer, é uma notícia desencontrada.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Eu tentaria intervir no caso. O Deputado pertence à ARENA.

O SR. GERSON CAMATA — Por que a explicação?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Dou a explicação porque é interessante, não para o Dr. Wilkie, mas para que todos saibam que a ARENA tem condições de criticar a própria ARENA. O Governador é arenista. De maneira que isso é, até, uma demonstração interessante em relação ao nosso Partido. Entretanto, acho que poderia defender o Dr. Wilkie de uma acusação lateral do Deputado Camata. Ele disse que o Sr. falou, um pouco vagamente, sobre Tubarão. Talvez tenha escrito um pouco vagamente, mas não falou tão vagamente, porque lembro-me que, na sua exposição — a menos que eu esteja, redondamente, equivocado — o Sr. foi até veemente, no momento em que falou que essas procrastinações sucessivas são extremamente desagradáveis e até colocam o Brasil em condições difíceis, porque ele não está negociando como sócio privilegiado, mas, ao contrário, sócios privilegiados são aqueles que podem oferecer know-how aos países que têm, como o Brasil, a Austrália, Canadá e etc., condições de recursos naturais para pode: ir buscar melhor tecnologia. Então, lembro-me que o Dr. Wilkie falou 4 anos: não foi exatamente sobre isso? Há 4 anos estamos debatendo. Quer dizer, ele também criticou. Então, parece-me que — e ele não pertence à ARENA; pertence ao Ministério da Indústria e do Comércio — o que, naturalmente, eu pediria, já que a sessão está para, gáudio de todos nós, concentrada no Espírito Santo, é que as questões não fossem capazes de exaurir todos os problemas, porque, naturalmente, agora, quando o Dr. Wilkie enfrentar o Senador Dirceu Cardoso, o Senador João Calmon, o problema ainda será suscetível de complementação de resposta.

O SR. GERSON CAMATA — A SIDERBRÁS parece que encaminhou ontem, ao Ministro, o orçamento siderúrgico para 1978. Como é que está Tubarão no orçamento siderúrgico?

O SR. WILKIE MOREIRA BARBOSA — Bem, estivemos, ontem, com o Ministro para conversar sobre aspectos do orçamento que não foi entregue, porque está justamente sendo batido à máquina. Está pronto, deve estar sendo entregue, a ele hoje. Ainda estava em processo de execução mecânica. O Ministro, com muita propriedade, pediu que dessemos a maior urgência, porque ele queria, ainda, a tempo, antes do dia 30, defender a siderurgia nessa competição tremenda por recursos que existem em todos os setores, como é muito natural que assim seja. E eu, da minha parte, fiquei muito satisfeito que ele pedisse, até, que fizéssemos um serô para entregar hoje. Fiquei muito satisfeito, porque isso significou para mim, que ele está bastante interessado e bastante — digamos assim — motiva-

do para defender recursos para a SIDERBRÁS. Isso foi bom, saí de lá muito animado. De maneira que, evidentemente, dentro de uma conjuntura que não é fácil, não estamos nadando aí em recursos, a SIDERBRÁS, dentro desse contexto, não podemos nos queixar, foi contemplada razoavelmente e procuramos fazer uma distribuição racional, dentro de todas as empresas, contemplando a cada uma com aquilo que ela poderá, efetivamente, necessitar durante um ano. Aquilo que era demais nós tiramos, porque o que não se pode permitir é que as empresas fiquem com dinheiro em caixa num período de dificuldades como o que atravessamos. Não adianta botar, agora, mais dinheiro do que o necessário para Tubarão, se sei que, de antemão, Tubarão não vai poder gastar tudo em 1978. Então, vamos colocar em outra empresa que tenha condição de gastar, efetivamente, este dinheiro em 1978. Se ainda estamos dependendo de alguns acertos finais com os nossos associados, acho que procuramos, evidentemente, reservar para Tubarão aquilo que nos pareceu que ela terá mesmo condições de gastar em 1978. Nem mais, nem menos.

O SR. GERSON CAMATA — V. S^e. Não acha que o investimento tornaria Tubarão um fato consumado, chamaria os sócios a essa decisão? Assim, mais efetiva do Governo?

O SR. WILKIE MOREIRA BARBOSA — Se colocássemos o nosso, V. Ex^e diz? É bom. Procuramos dar demonstração do nosso interesse, fazendo o que a SIDERBRÁS fez. Ela adiantou recursos para a terraplenagem. Isso que V. Ex^e disse que o Governador convidou o Ministro, isso foi um adiantamento da SIDERBRÁS e para adiantar isso, só para V. Ex^e avaliar o que é negociação, foi muito difícil. Os outros sócios disseram, mas vai adiantar como? Vem para o ativo? E depois, se vocês resolverem outra coisa e não for adiante o empreendimento? Vamos ter de devolver os juros desse dinheiro? Não, só se for a SIDERBRÁS assumindo toda a responsabilidade; esse dinheiro é dela, não pagaremos juros. Então, pensamos. Vamos aplicar num terreno que ainda é nosso; não é ainda da CST, mas de uma subsidiária nossa que é a COFAVI. O dinheiro é da SIDERBRÁS. Vamos aplicar num terreno que é de uma subsidiária nossa, (porque o terreno não está na escritura definitiva como da CST). E quem vai se incumbir de fazer toda a engenharia de terraplenagem é uma empresa nossa, também. Então, o dinheiro não sai do grupo, sai da SIDERBRAS e volta. Então, resolvemos adiantar, correndo esse risco, para dar a eles uma demonstração de que temos confiança no empreendimento. Mas, até isso, foi difícil. Não se pode colocar uma quantia vultuosa lá, independentemente sem que os sócios digam que não se chegou ainda a uma definição e que vai querer saber a que juros será emprestada, assim como o prazo, etc. Isso tudo eles querem sempre saber. Tubarão é um empreendimento trinacional e somos, apenas, os sócios majoritários. Não impomos. Damos o nosso voto e procuramos ter, e ainda temos que ouvir os outros dois sócios quando se trata de matéria considerada relevante. Dinheiro é considerado matéria relevante em que a opinião dos sócios pesa. Não é somente o voto do majoritário que resolve a questão.

O SR. GERSON CAMATA — Só para cumprimentá-lo pela exposição, agradecendo a presteza das respostas.

O SR. PRESIDENTE (Jabes Passarinho) — Com a palavra o nobre Senador Dirceu Cardoso.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Ilustre Dr. Wilkie, a sua conferência fixou, aqui, na Comissão de Minas e Energia do Senado, as linhas mestras de desenvolvimento da política do aço, no País, isto é, fixou as diretrizes da siderurgia brasileira. Uma ótima contribuição à orientação de nossa Comissão. Agradecemos a valiosa contribuição de V. S^e.

Dr. Wilkie, quando — V. S^e vai me desculpar, pois vou chover no molhado, tudo isso V. S^e sabe, mas vou, apenas para argumentar — A UNIDO (Comissão das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial), reuniu seus técnicos e fixou que, já que os países em desenvolvimento que exportavam minério deviam passar para produtos semi-acabados, placas, o local ideal para a fixação de uma usina seria Tubarão, no sentido da exportação, no sentido doméstico do

atendimento, seria Santa Cruz, no Estado do Rio. No princípio, fez-se negociação de Partido, como V. S^e bem referiu, aqui, teríamos um quarto dos produtos semi-acabados para cada sócio. Depois modificamos e ficou um terço para cada sócio. Agora, estamos fazendo uma terceira negociação, em que queremos mais investimentos japoneses, ou mais financiamento. Mas, eles — ao que me consta — se entrarem com mais dinheiro, querem menos placas, pelo menos, durante dois anos não recebem placas. Quando a implantação da nossa usina de Tubarão estaria firmemente implantada, firmemente garantida, com a venda deste milhão e quinhentas mil toneladas de placas para os dois sócios, por 18 anos, a um preço de custo remunerado e garantido. Não vejo por que, estudado e amadurecido em quatro anos, como V. S^e se referiu, quando já este ano devíamos estar com ela fumegando em Tubarão, abrimos a terceira renegociação. Quer dizer, não é mais um quarto, nem mais um terço e os japoneses estão querendo sair já das placas, porque a placa é que vai dar um sufoco no Japão, esse milhão e quinhentas mil toneladas que vamos vender por sócio, garantindo a sobrevivência da nossa usina.

Então, a minha primeira pergunta: Sei e V. S^e sabe, estudiosamente é veio do Japão há pouco, que os fatores limitativos da indústria siderúrgica são: o alto custo dos redutores, a escassez de recursos financeiros, os elevados custos de distribuição, a escassez de tecnologia, e o sistema de transportes. Tudo isto são fatores limitativos da indústria siderúrgica. Disse a UNIDO, também: três itens fazem o desenvolvimento nas nações: a indústria siderúrgica, os fertilizantes e a agroindústria.

Então, o Dr. Wilkie — V. S^e é que nos expõe o macrocosmo da siderurgia no mundo, quero me referir ao microcosmo da siderurgia, com referência ao nosso Estado, como bem acentuou o ilustre Deputado Gerson Camata. Por que depois de tudo isso negociado, o Brasil comprometeu-se, lá, através do Senhor Presidente da República, num acordo, assessorado por quatro Ministros, por assessores do mais elevado gabarito, com o Japão e com a Itália, que se iniciaria esta indústria. Por que fizemos a ultrapassagem de Tubarão para a AÇOMINAS, quando é uma usina para atendimento doméstico e a nossa é de exportação? Quando a nossa é muito mais brasileira, e V. S^e disse, em palavras lapidares, que devíamos colocar, não na Comissão de Minas e Energia, mas, na Comissão de Economia, o pagamento das dívidas é o dólar conseguido na exportação. É o dólar. Então, pergunto se isso não vai prejudicar ou se V. S^e não pode dizer. Eu me contento. Por que houve essa ultrapassagem?

O SR. WILKIE MOREIRA BARBOSA — Acho que uma resposta sempre se pode dar. Não sei se terei condições para dar a V. Ex^e a resposta exata. Evidentemente, há certos problemas e certos assuntos que são decididos em escala mais alta de escalão governamental. Há outros aspectos que não competem à SIDERBRAS investigar, de outras naturezas. Mas, o que acho é que nesse contexto, o Governo está procurando dar, realmente, um desenvolvimento rápido e acelerado ao crescimento da produção siderúrgica, sabendo conscientemente de que isto acabe, muitas vezes, num atropelamento de projetos, uns com os outros. Posso lhe dar um depoimento que considero da mais alta importância. Na última viagem que fiz ao Japão, conversando com o Presidente, o Vice-Presidente e outros elementos da mais alta graduação da NIPPON Stell Corporation, sobre o problema siderúrgico brasileiro, em que, enfatizava-se concomitância da implantação de três grandes usinas com três grandes expansões incluindo uma gigante, disseram-me eles que, com toda a sua experiência, com toda a tecnologia de que dispõem, com todos os recursos humanos, de que dispõem certamente eles, também se envolvidos em programa semelhante teriam as maiores dificuldades. Foi essa a expressão do Presidente da NIPPON, num almoço em que me ofereceram. E por aí os Srs. vêm que, realmente, não é um problema fácil, fazer três grandes expansões, ao mesmo tempo, com três implantações de grandes usinas, nem mesmo para o Japão.

O Governo, no seu intuito de acelerar a oferta de aço no Brasil, tendo em vista os números de crescimento da demanda, procurou não perder tempo, já que a negociação com Tubarão está demorando

do. Daí a decisão da AÇOMINAS. Acho que é uma questão de opção, é uma questão de política de Governo, que não compete a mim aplaudir, nem criticar, mas cumprir. Levando em consideração outros ingredientes, outros fatores, ele achou por bem condicionar, embora, sabendo do sacrifício que iria enfrentar. Optou pela implantação da AÇOMINAS, ainda antes de uma definição final a respeito de Tubarão. Acho que é uma opção válida, é uma opção de Governo. É preciso ter, às vezes, um pouco de coragem para tomar algumas atitudes. E nesse ponto, não podemos criticar o Governo: ele teve essa coragem, sabendo que iria enfrentar, apesar disso, dificuldades.

De maneira que é uma questão de opção e a coisa está saindo e os números estão mostrando que estamos crescendo. Agora, dificuldades, de toda ordem, estamos enfrentando e sabemos disso, mas, para isso é que estamos aí, para procurar resolver esses problemas.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Agradeço. A segunda pergunta: Dr. Wilkie, no primeiro plano negociado, fomos entrar com 34% de capital e 60% seriam gastos no País. No segundo plano, já mudamos; 51% de capital e 75% de gastos no País. Como bem disse V. S^e, a usina de Tubarão é o maior projeto siderúrgico no Japão, para o Japão, até 1980, era Tubarão. Não sei se ainda é.

Mas, vimos o seguinte: que enquanto Tubarão ia produzir, por exemplo, as placas semi-acabadas a 174 dólares a tonelada, a AÇOMINAS — que está substituindo, no caso — vai produzir essas mesmas placas há muito mais deste custo. Há muito mais despesa, porque os custos lá, dinheiro, e etc., tudo isso, inclusive a terraplanagem e que se referiu. Enquanto a nossa terraplanagem fica em 12 milhões de m³, a terraplanagem da AÇOMINAS fica em 85 milhões de m³, exigindo um volume de terra igual ao volume de água da baía de Guanabara.

Tudo isso, mas, resolveu a AÇOMINAS. Mas, Dr. Wilkie, se as placas que seriam produzidas em Tubarão a 174 dólares a tonelada e a AÇOMINAS a 200 ou 300 dólares a tonelada, isto, se nós precisarmos de um aço barato para sermos competitivos, o que pensa a SIDERBRÁS desses preços reais? O trilho, por exemplo, o trilho que é um produto, os perfis de que a AÇOMINAS vai produzir, vai ficar em 735 dólares a tonelada. Então, eu perguntaria...

O SR. WILKIE MOREIRA BARBOSA — Em primeiro lugar, quero dizer que o Senador citou uma série enorme de cifras que, desculpe, eu não pude acompanhar. Essas cifras precisariam ser estudadas; não sei qual foi a sua fonte, acredito que seja idônea, mas...

O SR. DIRCEU CARDOSO — Dr. Wilkie, vou dizer ao Sr. uma coisa: tudo sobre Tubarão eu tenho em três volumes encadernados. Tudo que sai sobre Tubarão.

O SR. WILKIE MOREIRA BARBOSA — Sei que V. Ex^e é um Senador muito bem informado, mas...

O SR. DIRCEU CARDOSO — É uma paixão nossa. Somos pequenininhos. Se perdermos, Tubarão está virando sardinha para nós...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Ai, é capaz de ter até algum anúncio do filme Tubarão.

O SR. WILKIE MOREIRA BARBOSA — Quero dizer a V. Ex^e que não contesto e nem confirmo essas cifras, porque, realmente, não estou aqui com os elementos e, em comparação, V. Ex^e falou em termos um movimento de terra em Tubarão, que realmente confirmo será ínfimo. Já na AÇOMINAS, o movimento de terra será bem maior. Mas, é como me disse a semana passada um japonês, que aqui esteve. Ele me disse que Tubarão, em matéria de local, é o lugar dos que ele conhece no mundo, ideal para a implantação de uma usina siderúrgica desse porte. De maneira que locais ideais não se encontram a três por dois. Então, não vamos raciocinar com exceções. Então se nesse caso, aquilo é ideal, é lógico que, na AÇOMINAS, o movimento de terra terá que ser bem maior. Se os números são bem estes ou não, isso eu não sei.

Mas, quanto à questão dos preços das placas, posso tranquilizar V. Ex^e. Realmente, esperamos que os preços das placas sejam os mínimos possíveis. Eles têm, como sempre dizem os nossos associados, que serem competitivos internacionalmente. É a única maneira deles participarem do empreendimento.

Agora, na AÇOMINAS, é outro tipo de empreendimento. É como eu disse mesmo, aqui, que a finalidade da AÇOMINAS não é fabricar placas; a AÇOMINAS é uma empresa que vai entrar na área de não-planos e, de não-planos especiais, perfis pesados para outros tipos de estruturas e para grandes obras públicas. Ela não vai ter nada a ver com placas; talvez, faça algumas pequenas quantidades, no início, inclusive para nos ajudar, nos eventuais déficits. Mas não é essa a sua finalidade e, portanto, não é, a meu ver, justo comparar preços de placas de Tubarão com preços de placas da AÇOMINAS. Porque a Tubarão vai ser uma usina especializada em placas. É coisa diferente.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Dr. Wilkie, tenho uma outra pergunta. É apenas por curiosidade: Quando o mundo produzir o primeiro milhão de toneladas de aço, cerca de 70 ou 80 anos o Brasil chegou ao primeiro milhão de toneladas. 80 anos depois! Espera-se que o mundo atinja, em 1985, o primeiro bilhão de toneladas. Esperava-se. Com essa crise do aço, é possível que as siderúrgicas, como V. S^e nos trouxe os quadros, em que todos são negativos, é possível que não atinjamos o primeiro bilhão, no mundo, em 1985. Quer dizer, naturalmente, o Brasil, esse ano, vai atingir 10 milhões de toneladas.

O SR. WILKIE MOREIRA BARBOSA — Vai ultrapassar.

O SR. DIRCEU CARDOSO — É, vai ultrapassar; estamos caminhando. Foi com muito entusiasmo que recebi esses dados que V. S^e nos trouxe. Mas, Dr. Wilkie, finalmente, se Minas está lutando para ser uma potência siderúrgica...

O SR. WILKIE MOREIRA BARBOSA — Aqui está cheio de mineiros.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Natural, naturalíssimo, porque produz o minério. Mas, o Plano Nacional de Desenvolvimento...

O SR. ITAMAR FRANCO — Sr. Dirceu Cardoso — desculpe-me a interrupção — não permite que Minas e Espírito Santo se unam, não é?

O SR. DIRCEU CARDOSO — Mas, exatamente, Sr. Presidente, eu desejava que se unisse; mas, então, que tivéssemos a nossa Tubarão e depois... Até a nossa Vale do Rio Doce está pondo dois bilhões de dólares lá. E o Governo brasileiro está, também, através da SIDERBRÁS — hoje a AÇOMINAS é da SIDERBRÁS — está pondo dinheiro lá, também.

Mas, tirou-me a linha de raciocínio.

Mas, estou de acordo, lá tem uma potência siderúrgica pois, lá dá o minério.

O SR. ITAMAR FRANCO — Não está de acordo com a comparação.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Estou de acordo, pois lá dá o minério. Devíamos fazer a junção dos dois interesses.

Mas, hoje, o minério não é o relevante na indústria siderúrgica. O insumo relevante é o dinheiro. Este é que é o insumo relevante da indústria siderúrgica, com a sua palestra e com os estudos que estamos fazendo. Estou vendo o seguinte: que há na Tubarão 18 anos de prazo para ficarmos redimidos de joint-venture e etc. Enquanto que a AÇOMINAS vai ter que começar a pagar os seus investimentos, antes de começar a fumar. Antes de começar a produzir, já vai começar a pagar. Então, eu perguntaria a V. S^e: se não é o atraso de Tubarão o prejuízo, sei que vamos iniciar Tubarão e, devo dizer, aqui, para ficar inscrito nos Anais: Tubarão conta com as simpatias irrestritas da SIDERBRÁS. Este é o maior entusiasmo que temos. Não estamos com nenhum sonho mirabolante. A SIDERBRÁS acha que Tubarão tinha prioridade absoluta. Se foi

ultrapassada, as razões eu não sei e nem quero que V. S^t nos diga, porque sabemos quais são: são as razões políticas. Mas, então, eu perguntaria: não é um prejuízo para o Brasil? Porque se estivéssemos produzindo, agora, 1 milhão e 500 mil toneladas de placas, vendidas a preço de custo remunerado ao Japão e, nos fins dos 18 anos, eram alguns bilhões de dólares que o Brasil teria.

E, volto àquela afirmação sua feita aqui: "O pagamento da nossa dívida é feita a dólar de exportação. Cada dólar exportado." É a pergunta que eu tinha a fazer.

O SR. WILKIE MOREIRA BARBOSA — Evidentemente que todo atraso, na implantação de um projeto, cujo estudo de viabilidade é baseado num cronograma, significa prejuízo. Todos sabemos disso. Mas, eu diria a V. Ex^s que isso coincidiu com a crise mundial da siderurgia e vamos colocar a coisa nos seus devidos termos. Essa crise mundial, de uma certa forma, também tem colocado os nossos sócios numa situação, assim, de receio e de expectativa.

De maneira que quero deixar bem claro que o atraso que está havendo, não é culpa e irresponsabilidade exclusiva da parte brasileira. Há, também, uma certa parcela que corresponde aos associados, não também por descompromisso do empenho do que foi assinado, mas, também, em razão dessa expectativa que está gerando, no mundo, a crise do petróleo que afetou profundamente a indústria siderúrgica. A verdade é que estamos atravessando um período de expectativa na siderurgia mundial.

Tanto, que V. Ex^s até repetiu uma frase que acho que já tive a oportunidade de falar. Na última viagem que fiz ao Japão, no início do ano e, eles haviam me dito lá — e o Sr. repetiu aí — "que o grande projeto siderúrgico no Japão, até 1980, era o projeto Kawasaki-Tubarão. Porque eles não estavam pretendendo, até 1980, implantar nenhuma grande usina nesse período.

Isso é o maior significado de que eles estão também — digamos assim — cautelosos, para investimentos deste porte, e, principalmente em terceiros países.

De maneira que, isso, a meu ver, é o resultado de um contexto, em que todos participam, não somente o Brasil, mas ou outros dois sócios, também temerosos, de haver qualquer problema.

Mas, é como eu disse, o aço sempre sofreu crises, crises cíclicas. Esta crise perdura por mais tempo do que as anteriores, mas o aço ainda será por muito tempo um produto insubstituível. Ninguém prevê qualquer sucedâneo para o aço até pelo menos o ano 2000. Acho que os sócios continuam a se interessar pelo projeto, fora de dúvida. Talvez, estejam desejosos de esperar um pouquinho mais. Mais seis meses, menos seis meses ou então, até que pudéssemos fazer certas outras concessões, quanto à retirada de placas, assim, nos primeiros meses ou nos primeiros anos. Mas são coisas que vão ser definitivamente decididas, creio, agora, quando da próxima reunião dos associados, uma vez definida a fonte de recursos. Porque eu também não posso adiantar nada e nem discutir determinados aspectos enquanto não estivermos com as fontes de recursos definidos.

De maneira que recursos é o principal fator, agora a ser discutido e, uma vez acertado isso, esses aspectos vão ser considerados, porque o interesse deles continua. Estão um pouco receosos, mas o interesse continua e, fora de dúvidas, acho que não haverá maiores problemas.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Agora é a última: Ontem, deflagrou-se uma crise enorme no Japão. O Primeiro-Ministro reconstituiu o Gabinete, quer dizer, pôs para fora todos os Ministros.

Pois bem. O aço representa 20% das exportações japonesas. Coisa violenta! E o Japão está com 40% da capacidade ociosa das suas indústrias siderúrgicas. Isso não terá repercussão nas nossas negociações? E, eu queria agradecer o seu comparecimento aqui. Foi extraordinariamente valioso para a Comissão e vou dizer a V. S^t: de vez em quando, uma de suas frases são ditas, no plenário do Senado, como afirmações de quem entende do assunto e, principalmente, no

terreno da exportação. V. S^t disse uma frase que nós, nunca mais vamos nos esquecer.

Quero agradecer sinceramente o velho colega da Escola Superior de Guerra e V. S^t, lá, nas suas intervenções — recordo-me bem — nas suas intervenções e, em matéria de siderurgia, era o *magister dixit* de nossa turma.

Fico satisfeito em rever aquele brilhante estagiário da Escola Superior de Guerra.

O SR. WILKIE MOREIRA BARBOSA — Muito obrigado, Senador; mas todos já viram o grau de amizade e, portanto, muita suspeição, nessas declarações do Senador Dirceu Cardoso. Sei que o Senador foi sempre um grande amigo meu e, aliás, diga-se de passagem, foi um grande amigo e é um grande amigo de todos os nossos colegas.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Quando conheci o Dr. Wilkie, não foi pessoalmente; foi através do Dr. Nestor Jost, que era meu amigo. Um dia, encontrando-me com ele uma pretensão do meu Estado, ele disse: "Vai para a Escola Superior de Guerra fazer o estágio, como representante do Banco do Brasil, uma das maiores figuras que tem o banco. Um homem que, na ACESITA, durante seis anos, fez uma administração extraordinária. Colocou a ACESITA num plano que hoje o banco se orgulha. Este homem é o Dr. Wilkie. Agora eu disse isso a V. S^t, depois, na Escola: foi através das referências dele. É o homem que vai honrar o Banco do Brasil e a nós. E, V. S^t, exatamente, comprovou as afirmações e a apresentação do Dr. Nestor Jost, que era o grande Presidente do Banco do Brasil de então.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Permito-me, como Presidente, fazer uma breve interrupção, já que estamos à semelhança do Lions, em cinco minutos de companheirismo, para dizer que o Senador Dirceu não merece a sua ressalva, porque nunca vi, nunca pilhei o Senador Dirceu fazendo qualquer tipo de elogio, que não fosse absolutamente sincero. E, ele não se deixa traír, nem mesmo pela amizade, ao contrário, às vezes os amigos pagam caro.

O SR. WILKIE MOREIRA BARBOSA — Então, muito obrigado ao Senador Dirceu e, agora, esta intervenção do Senador Jarbas Passarinho, que me trouxe, sobremaneira, uma honra toda especial, porque realmente conheci bem o Sr. Senador Dirceu, na Escola Superior de Guerra e, ele sempre teve essa atuação assim atenta e interessada e, nas perguntas aos Srs. Ministros, e, acho que o Ministro Passarinho, que teve também oportunidade de fazer a sua conferência, lá na Escola Superior de Guerra, deve ter recebido também perguntas do Senador Dirceu. Conheço-o, portanto, muito bem, principalmente quanto à maneira de fazer as perguntas aos nossos grandes conferencistas.

Mas, quero agradecer, mais uma vez, as palavras do nosso querido Senador e, a pergunta, final, exatamente, assim no meio disso tudo acabei por esquecer.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Sobre a repercussão que pode trazer esse problema do Japão nas negociações.

O SR. WILKIE MOREIRA BARBOSA — Perfeito. Realmente, acho que a sua preocupação é muito válida, porque, como eu disse, no Japão, a siderurgia é considerada como indústria meta e é altamente protegida, recebendo a maior prioridade.

Acredito que essas modificações hão de ter grandes repercussões na indústria siderúrgica que está em crise no Japão. Em crise muito séria. E, como eu disse aos Srs. ela está com uma capacidade ociosa de quase 40%. Sendo uma indústria grande exportadora, sua situação está realmente causando problemas sérios, à economia japonesa. Acredito que a sua preocupação é válida e, comungo dela também. Acho que há de ter repercussões.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Tem a palavra, para uma pergunta, o Deputado Newton Barreira.

O SR. NEWTON BARREIRA — Dr. Wilkie, represento o Estado do Pará; aliás, com muita satisfação nossa, porque é o Estado do nosso Presidente da Comissão, que é o Senador Jarbas Passarinho.

Quando V. S^{te} se referia a instalações de usinas em pontos estratégicos do território nacional, V. S^{te} mencionou de passagem que Itaqui não está esquecido.

Como sabe V. S^{te}, diante dos acontecimentos que determinaram um esfriamento no projeto Carajás, houve um recrudescimento grande sobre as perspectivas auspiciosas desse projeto, no que diz respeito ao imediatismo desse projeto, ao qual está ligado, intimamente, Itaqui.

O não esquecimento de Itaqui, conforme afirma V. S^{te}, nos traz, por assim dizer, um novo alento. Sobre isso, gostaria de ouvir de V. S^{te} algumas palavras que possibilitem transmíti-lhe alguma coisa de concreto aos nossos irmãos lá do extremo norte.

O SR. WILKIE MOREIRA BARBOSA — Pois não, com muito prazer, Deputado.

Penso dizer a V. Ex^{te} que Itaqui foi um dos projetos, cujo estudo de viabilidade técnica-econômica foi terminado. Fizemos um estudo profundo, sob todos os aspectos e, para isso, foi assinado um convênio, um protocolo, esse com a NIPPON STEEL, em que as tarefas foram divididas entre as duas grandes organizações, a NIPPON e a SIDERBRÁS, e o estudo foi desenvolvido em todas as suas etapas, quer sob o ponto de vista técnico de localização, de infra-estrutura, quer sob o ponto de vista de produção, econômico, financeiro, enfim de todas as maneiras.

O estudo foi terminado; mas, infelizmente, quando o terminávamos e iríamos começar as negociações, já havia eclodido a crise do petróleo. O Japão já estava começando a se debater com a crise na siderurgia e, como costuma acontecer lá, eles mandaram uma missão de alto nível ao Brasil para, justamente, se entender com as nossas autoridades, e com a SIDERBRÁS, para explicar as razões porque não viam como, naquela fase que correspondia ao término dos estudos, passar para a fase das negociações. Não viam como proceder naquele momento tão delicado. Então, pediam um entendimento nosso sobre a situação difícil. O estudo, de qualquer maneira, estava terminado e foi realmente um estudo muito bem feito, com muita profundidade e que poderá, a qualquer tempo, ser retomado apenas para ser atualizado e acredito que, passada esta crise, passada esta fase, Itaqui, ao meu ver, será um dos outros pontos ideais existentes nesse nosso grande território para instalação de uma outra usina do tipo de Tubarão. Vamos torcer por Tubarão.

Acho que os nossos patrícios, os nossos irmãos do Norte, Maranhão, Pará, têm que ajudar os nossos irmãos aqui do Sul, porque está saindo, a outra vem em seguida, não tenho dúvida. Vamos ficar com as duas no Brasil.

O SR. NEWTON BARREIRA — Muito obrigado. Meus parabéns e meus cumprimentos pela forma como V. S^{te} se houve.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Com a palavra o Senador João Calmon.

O SR. JOÃO CALMON — Apenas para um rapidíssimo registro e para duas perguntinhas.

O rapidíssimo registro se refere a sua afirmação, na página 26, da sua explêndida conferência, quando afirma:

"A expansão do parque produtor com a absorção de tecnologia avançada já está exigindo qualificações intelectuais maiores do contingente de mão-de-obra."

E logo adiante:

"Isso faz parte de um programa de educação e formação profissional."

Devo, por um dever de justiça, lembrar, neste momento, que devemos ao nosso Presidente da Comissão de Minas e Energia, quando Ministro da Educação, a iniciativa de ampliar a duração do ensino

fundamental, em nosso País, de quatro para oito anos. Através da Lei nº 5.692, ele deu interpretação liberal ao artigo da Constituição que declarava que o ensino fundamental deveria ser proporcionado entre os sete e quatorze anos de idade. Esse crédito deve ser dado em todas as oportunidades ao principal responsável por essa lei que deveria se chamar "Reforma Jarbas Passarinho". Com oito anos de ensino fundamental, obviamente, esse problema de melhor qualificação intelectual será solucionado quando o Brasil decidir, finalmente, dar à educação a prioridade que ela merece.

Em relação ao nosso tema siderúrgico, eu gostaria de lembrar que há uma piada brasileira, segundo a qual a maior batalha deste País não houve: foi a batalha de Itararé. Eu não compartilho do pessimismo, da descrença, do ceticismo de alguns brasileiros que já estão chamando a Usina de Tubarão do "Itararé Siderúrgico do Brasil".

Na realidade, precisamos registrar que há essa descrença, inclusive, lá no nosso Estado. Foram tais as protelações, tais os adiamentos, que muita gente hoje, sem nenhum derrotismo, começa a duvidar de que Tubarão se transforme, um dia, numa realidade, que se concretize o sonho siderúrgico do Espírito Santo.

Entretanto, devo dizer na base da mais completa sinceridade, da mais integral sinceridade, que acredito que Tubarão não será o nosso "Itararé Siderúrgico". Não acredito, porque também acho que o General De Gaulle cometeu uma grave e imperdoável injustiça com o Brasil, quando declarou que o Brasil não é um País sério. Como o General De Gaulle está errado e foi muito injusto com o Brasil, não posso admitir que um acordo feito com a assinatura do Presidente Ernesto Geisel — que é a própria imagem da seriedade — não seja cumprido. Daí, a minha convicção de que Tubarão, embora com algum atraso, vá mesmo ser implantado, por que senão, estaremos dando razão a quem cometeu essa injustiça em relação ao Brasil.

Estou certo de que, nesse episódio e na base da autocritica, devemos reconhecer que a parte principal da culpa cabe ao Brasil. Sei que, na posição de V. S^{te}, como Diretor da SIDERBRÁS, não poderia obter uma resposta enfática, muito clara. Mas, posso dizer que conheço esse episódio, porque deslustrei, durante dois anos, o cargo, hoje, tão dignificado pelo Senador Jarbas Passarinho, Presidente da Comissão de Minas e Energia. Aprendi alguma coisa. Considero-me apenas um aprendiz da educação e um mais do que leigo, em matéria siderúrgica, mas aprendi alguns detalhes dessa história. Num certo momento, do Governo Médici, foi renegociado o acordo de Tubarão, por iniciativa brasileira. Na realidade, segundo apurei na época, os japoneses e os italianos negociaram de maneira tão magistral em defesa dos seus interesses, que eles iriam ficar com a parte do leão. Seriam extremamente beneficiados, se fosse mantido o acordo original, o primeiro acordo feito.

Já no Governo Geisel, por iniciativa brasileira, o acordo foi renegociado, para que os italianos e japoneses não tivessem uma posição tão privilegiada como eles já tinham obtido no Governo anterior. Então, japoneses e italianos concordaram com o recuo e admitiram as condições impostas pela defesa dos interesses do Brasil.

Desta vez, entretanto, tenho a impressão de que a iniciativa de renegociação partiu do Brasil. Tínhamos um acordo que obrigava japoneses e italianos a ficarem com 50% das placas dos semi-acabados, num momento em que as suas Usinas Siderúrgicas estão com capacidade ociosa, pois o mercado de aço passou a ser desfavorável. Demos o pretexto ou a razão a japoneses e italianos para que eles dissessem: "Nós vamos respeitar o acordo assinado. Não vamos pôr mais dinheiro, a não ser que o Brasil fique com o abacaxi". Qual é o abacaxi? Ficarmos com 50% das placas.

Tenho, portanto, essa dúvida que é objeto da minha primeira pergunta. Se, realmente, a iniciativa, da qual resultou o impasse atual — porque não saímos do impasse — se não foi provocada pelo Brasil? É a primeira pergunta. Tenho a suspeita, tenho a impressão, de que aproveitamos um momento mais favorável, para japoneses e italianos, para reabrir uma questão.

É como se o Brasil estivesse, agora, diante de um outro abacaxi, o da celulose do Espírito Santo. Quando começamos a implantação

da ARACRUZ-CELULOSE, uma tonelada de celulose custava, no mercado internacional, 400 dólares. Agora, custa 180 dólares. Estamos com o abacaxi nas mãos e não podemos passar para ninguém. Os japoneses e italianos estavam com o abacaxi nas mãos, sob certos aspectos. Eles teriam que absorver 50% da nossa produção. Esta é a primeira pergunta.

Formularia logo a segunda, para encerrar a minha participação.

O nosso fulgurante Deputado Gérson Camata referiu-se a contradição ou opiniões divergentes ou conflitantes entre órgãos governamentais em relação a Tubarão. Mas não é só sob esse aspecto, Dr. Wilkie. A sua conferência me faz voltar a um assunto que foi objeto de debate, na Comissão de Minas e Energia, quando ei era seu Presidente. Num certo momento, levantei, na base da maior timidez, mas para ficar em paz com a minha consciência, a seguinte indagação: Tubarão é o único ponto do litoral do Espírito Santo para instalação de uma Usina Siderúrgica?

Sou aprendiz de educação e leigo analfabeto em matéria siderúrgica, mas quem formulou essa indagação não foi um Senador leigo, foi um membro da equipe governamental, Presidente da Companhia Vale do Rio Doce, Engenheiro Roquette Reis, declarou na nossa Comissão de Minas e Energia, textualmente o seguinte:....

O SR. DIRCEU CARDOSO — Contra Tubarão!

O SR. JOÃO CALMON — Contra a localização da Siderúrgica de Tubarão.

...“quando for inaugurada a Usina Siderúrgica de Tubarão, os capixabas terão saudades do pó do minério.”

Está gravado, está publicado no *Diário do Congresso Nacional*. Ele não defendia a transferência da Usina siderúrgica para Minas. Ele defendia a tese de que o Brasil deveria tomar a decisão, o Governo deveria tomar a decisão de implantar a Usina Siderúrgica de Tubarão — o maior empreendimento siderúrgico da história deste País, segundo V. S^t, afirmou de maneira tão adequada — na foz do Rio Doce, em Regência, porque a Companhia Vale do Rio Doce iria desviar os trilhos para Regência, iria construir, na foz do Rio Doce, um porto e se criaria então um novo polo de desenvolvimento.

Vitória já está na base de um congestionamento de portos; Vitória vai ter cinco portos, inclusive, o superporto de Praia Mole, além de todos os existentes.

Ora! Como essa usina vai começar produzindo três milhões de toneladas e, na segunda etapa, seis milhões de toneladas, entendia, não leigo, mas o Presidente da Companhia Vale do Rio Doce, que preside, como V. S^t, a equipe governamental, que se deveria, não levar a usina siderúrgica para Minas Gerais, deveria ser instalada na foz do Rio Doce.

Eu só volto ao assunto que eu havia encerrado, porque V. S^t focaliza a necessidade dessa criação de novos pólos de desenvolvimento.

Desisti, pelo menos temporariamente, de tratar desse assunto, porque quase fui crucificado, quase fui trucidado, porque “clero, nobreza, e povo, comércio e indústria, Poder Executivo e Poder Legislativo”, todos condenaram sequer a formulação da indagação sobre a conveniência de se instalar uma gigantesca usina siderúrgica, com três milhões ou seis milhões de toneladas, dentro de uma área urbana que, amanhã, ou dentro de poucos anos, terá um milhão de habitantes. Conhecemos o regime de vento, em Vitória. Os ventos vão jogar tudo para cima da cidade de Vitória. Sei que há os dispositivos anti-poluentes. Todo mundo sabe disso.

Mas, é significativo o que o japonês disse: “Tubarão é o lugar ideal para uma usina”. Claro. Eles não querem, não fazem muita questão de construir grandes usinas siderúrgicas, lá. Eles querem que se construam essas usinas noutros países.

Mas, a pergunta fica, aí, de pé de novo, Dr. Wilkie. V. S^t declara o seguinte, na sua magnífica conferência:

“Algumas grandes usinas, instaladas em pontos estratégicos do território nacional, ... — e Itaqui não está esquecida. ... gerando novos pólos de desenvolvimento.”

Não se trata de uma pergunta de um leigo, invocando a palavra do Presidente da Companhia Vale do Rio Doce.

Poderíamos abrir um novo polo de desenvolvimento no Espírito Santo, no Norte do Estado, implantando a Usina Siderúrgica de Tubarão — não estou fazendo uma afirmação; estou formulando uma indagação — lá em Regência, criando um novo polo de desenvolvimento no norte do Estado.

O grande argumento, Dr. Wilkie, usado na época, quando eu, timidamente, formulei essa indagação, que qualquer modificação da localização da Usina Siderúrgica de Tubarão acarretaria um atraso no cronograma da ordem de seis a doze meses.

Ora, um atraso muito maior já é considerado inevitável, no cronograma da Usina de Tubarão.

Pergunto, só a título de curiosidade, a V. S^t não em defesa dos meus pulmões, em virtude da faixa etária em que já estou incluído; não em defesa dos pulmões dos nossos filhos, mas, talvez, em defesa dos pulmões dos nossos netos. Se houver uma demora um pouco maior, em virtude dessas negociações que já estão se prolongando demasiadamente, seria aceitável, pelo menos, um reexame do problema da localização, que não está sendo levantada por um Senador leigo, mas pelo Presidente de uma grande companhia estatal das dimensões da Companhia Vale do Rio Doce?

O SR. WILKIE MOREIRA BARBOSA — V. Ex^t disse bem. É uma opinião do Presidente da Companhia Vale do Rio Doce. Por mais respeitável que seja — e eu a respeito — é a opinião do Presidente de uma companhia de mineração. Posso lhe dar outras opiniões de presidentes de usinas siderúrgicas, de siderurgistas.

O assunto foi estudado sob todos os aspectos e, inclusive, opiniões também do Presidente da PORTOBRÁS. Ele acha que entre Praia Mole e Regência, Praia Mole tem muito melhores condições para construção de um porto dessa envergadura. Há várias opiniões. Portanto, por mais respeitável que seja a opinião do Dr. Roquette Reis, as opiniões dos outros elementos altamente capacitados, é verdade, são também opiniões respeitáveis. E no cômputo de todas as opiniões perdeu o Dr. Roquette Reis. Simplesmente, essa alternativa foi analisada, foi considerada, mas não foi a escolhida. Apenas isso. Como também lá, por exemplo, há quem diga: deve ser Itaqui ou deve ser em outro lugar. Há várias opiniões. De maneira que há quem conteste a localização dentro da própria Minas Gerais, entre os próprios mineiros há opinião de que a localização da ACOMINAS — Ouro Branco, deveria ser noutro lugar. Isso sempre haverá, Senador, não tenha dúvida. É a opinião do Dr. Roquette Reis. Quer dizer, ele não é siderurgista e, entre a dele e a do siderurgista, prefiro a do siderurgista e prefiro, também, a da PORTOBRÁS, porque eles têm os técnicos lá, que são de alto gabarito.

É apenas uma opinião. Não censuro, respeito e acho que ele tem todo o direito, como brasileiro, de dar a sua opinião.

O SR. JOÃO CALMON — Não é uma opinião pessoal, exclusiva de uma pessoa física qualquer, mas a opinião da pessoa jurídica — Companhia Vale do Rio Doce — umas das maiores empresas estatais.

O SR. WILKIE MOREIRA BARBOSA — Está certo. A sua pergunta é muito válida mas, evidentemente, que se for a opinião da pessoa jurídica, essa pessoa jurídica está defendendo os interesses da Vale do Rio Doce e estamos procurando defender os interesses da siderurgia e, até certo ponto, são conflitantes. Nós somos clientes deles. Eles vendem minério. Querem vender caro. Nós compramos minério. Queremos comprar barato. Ele não quer que nós façamos sinterização. Nós queremos fazer sinterização, porque é mais produtivo. V. Ex^t comprehende. Isso faz parte das regras do jogo. Ele está no direito dele, quando faz essas reivindicações e nós estamos no nosso, quando defendemos contra essas reivindicações deles. De maneira que isso faz parte das regras do jogo. Ninguém pode ser censurado por isso. Eu até o admiro pela coragem com que ele faz certas afirmativas, inclusive, hoje, com o negócio da mini-usi-

na. Ele é defensor da mini-usina. Ele chama Tubarão de mamute. Mas Tubarão tem que ser mamute mesmo. Não tem outra solução. Quer dizer, são opiniões. Sempre aprendemos com as opiniões e com os argumentos de terceiros.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Meus Senhores, a Comissão de Minas e Energia se rejubila pelo resultado desta palestra e dos dos debates desta manhã, inspiração, aliás, devo dizer ao Sr. Dr. Wilkie, muito pessoal do Senador Dirceu Cardoso.

Ele não queria que este ano terminasse, sem que Tubarão viesse à tona (sem querer fazer qualquer tipo de trocadilho infame) e que o assunto fosse debatido.

Parece que há qualquer movimento, na sua área de assessoria, porque vou encerrar a palestra. Se for oportuno, qualquer comentário pode ser feito no momento. (Pausa.)

Eu começaria por um fato que acho que foi marcante aqui nesta manhã, de natureza secundária. De natureza secundária, mas insisto, é marcante.

O Deputado Newton Barreira, representante do Pará, perguntou a V. Ex^e sobre Itaqui. E perguntou de uma maneira que colocou grandes esperanças em que Itaqui pudesse vir a ser desenvolvida.

Ora, sabe V. Ex^e que, dentro do Estado do Pará, o drama nosso, de representantes daquele Estado, está na exploração que o Partido do Senador Dirceu Cardoso faz tanto, em relação ao esvaziamento do Estado pela política governamental.

Aqui está presente, inclusive, um Deputado Estadual, dos mais brilhantes, dos mais votados da área, assistindo a nossa palestra.

A tônica é dizer: O Pará está esvaziado, porque a Zona Franca de Manaus torna incapaz, insusceptível de competir qualquer indústria paraense com as indústrias localizadas em Manaus e, até mais, até mesmo o custo de transferência virá mais tarde a ser absorvido nos custos gerais de produção de Manaus, para fazer do mercado do Pará um mercado de consumo e não um mercado de exportação. Já é realmente um problema.

O segundo problema é a questão do minério de Carajás. Sofremos o mesmo drama que os capixabas estão sentindo agora. Carajás é considerada a maior jazida de ferro do mundo, de ferro de composição de hematita quase pura. Não sei se hoje uma verificação que estava sendo feita na Sibéria teria ultrapassado a cubagem provável de Carajás. Mas até então, era considerada a maior jazida do mundo. Acontece, como o Dr. Wilkie citou bem aqui, que o problema de aço, o problema siderúrgico ficou atingido gravemente, a partir do momento da guerra do Jon Kippur, a partir do momento em que o petróleo foi utilizado primeiro, como embargo, segundo, como arma econômica. E o Projeto Carajás, que parecia desenvolver no Pará grandes esperanças de colocação de mão-de-obra, passou a ser uma divisão entre paraenses e maranhenses, porque o escoamento da mina seria feito, idealmente, por hidrovias, mas o Rio Tocantins não tem navegabilidade permanente. Então, se pensou na solução por estrada de ferro, e acabou-se escolhendo o Porto de Itaqui como terminal de exportação, embora numa estrada consideravelmente maior do que a para o Porto do Espadarte, que poderia ser feito também.

Eu, como Senador, ouvia o Senador Alexandre Costa debater este assunto e sempre me coloquei na posição de um brasileiro, em primeiro lugar, embora nós, Senadores, não sejamos representantes do povo; somos representantes dos Estados. Representantes do povo são os Deputados. Por isso é que a Federação ainda está garantida nesse ponto, porque a Bancada de São Paulo é igual a Bancada do Acre, no Senado. Entretanto, eu não quis entrar numa discussão emocional, porque achei que primeiro, deveria ser o que fosse melhor para o Brasil, e se isso beneficiasse o Maranhão, excelente, ou melhor, bom, excelente seria se beneficiasse o Pará. Mas eu não podia me queixar de uma solução racional.

A mim me deu o Ministro Dias Leite a mesma resposta que o senhor deu, agora mesmo, ao Senador João Calmon. A questão foi estudada por técnicos, analisada com frieza, apenas colocando na prancheta os elementos da decisão, e a conclusão foi de que é muito

mais favorável para o Brasil, e, inclusive, para os seus sócios japoneses, o escoamento por Itaqui. Eu calei, mas a Oposição no Pará botou a boca no mundo e disse que nós não defendímos os interesses paraenses. Sabe o Dr. Wilkie como é difícil fazer política em área pouco politizada. As intrigas são facilmente permeáveis à consciência de uma população que não está ainda à altura de discutir problemas de natureza técnica, colocando o fator técnico sobreposto ao fator político.

Vem agora a siderurgia. O problema é que o Pará diz assim: "nós vamos ficar com os buracos apenas". Como Minas Gerais se queixou na fase de Volta Redonda, sai o minério por lá, sai transferido para o Porto de Itaqui por uma estrada de ferro e, no Porto, de Itaqui se vai colocar uma siderúrgica. E o Pará entra com quê? Com aquilo de que o Senador Itamar Franco se queixou, para o senhor, ainda há pouco; da política mineral e dos royalties que ficam lá. Além dos buracos, que são simpáticos, realmente, para uma contemplação panorâmica. Então, eu me rejubilo de ver o Deputado ter colocado o problema e eu tomaria a liberdade de secundar essas solicitações, isto é, pedir à SIDERBRÁS, pedir aos órgãos do Governo responsáveis, que nos deem instrumentos para que possamos expor a opinião correta, a decisão correta, ao nosso povo, para que ele não julgue lá, que nós, representantes do Pará e do Governo, estamos aqui acovardados, acoelhados, aceitando toda e qualquer solução, mesmo que seja contrária ao nosso Estado. Isso, realmente, é importante. Agora, em primeiro lugar, é a solução técnica, é a solução que melhor convier ao Brasil. Acho, ainda, que quando se discutiu o problema do atraso, que tanto impressiona o Espírito Santo, lembra também que nós sofremos a mesma coisa lá na área norte. O Projeto Carajás, hoje, está à busca de um sócio e não tem (que até a United Steel se retirou), pois mais importante para nós, do que ter um financiador, é ter um sócio comprador, porque financiamento podemos obter, agora o sócio comprador da colocação do produto é que é o problema. Estou aqui vendendo o drama, desse primeiro acordo feito com japoneses, e concordo, pelo menos emocionalmente, com o meu amigo Senador João Calmon, de que a segunda revisão não teria sido a mais brilhante em termos de barganha internacional. Mas, há um fato importante, é que percebemos, por exemplo, que devido a esse impacto na produção do aço e na colocação do produto acabado, tivemos, infelizmente, uma soma de defeitos iguais na área do alumínio. Então, nós, que tínhamos nos japoneses, os maiores interessados numa associação com o Brasil, para colocar as maiores fábricas produtoras de alumínio no mundo, na área da embocadura do rio Tocantins, ou mais propriamente na Baía de Guajará, agora vemos que eles também se retrairam nas negociações. De maneira que de tudo só resta a Hidrelétrica de Itucuruí, que iria, na verdade, servir de meio, e não de fim. Ela seria um meio de proporcionar energia barata para a produção do alumínio, ou redução da bauxita em alumina, em uma primeira fase, e depois, em alumínio, em uma segunda. A colocação que o senhor nos trouxe, a mim, por exemplo, não só como representante do Estado do Pará, mas como Presidente desta Comissão de Minas, me pareceu excepcional, porque foi colocada com a linguagem de técnico. Foi um elogio inteiramente cabido o que lhe fez o Senador Dirceu Cardoso. É a colocação cartesiana.

O resto pode entrar por conta de discursos bem colocados ou floreios verbais. Mas, em verdade, o problema se caracteriza para nós, como diz o Dr. Wilkie, na extrema dificuldade de uma negociação trinacional. Se aqui, ele acabou de dizer os interesses são antagônicos, entre a Vale do Rio Doce, produtora de minério, e a SIDERBRÁS, que vai industrializar esse minério, imagine se coordenar e harmonizar o interesse da Itália, o do Japão e o interesse do Brasil. Temos, perfeitamente, uma prova disso, numa binacional que é a Itaipu. Uma das maiores dores de cabeça que temos é vemos ter, porque o nosso sócio é daquele tipo que exige, cada vez mais, até o limite da exaustão. E já estamos num ponto de onde não há mais retorno. Se há uma dificuldade binacional, imaginem trinacional. O que esperamos é que as preocupações ecológicas do Senador João

Calmon, e que têm inteira razão de ser, possam ser compatibilizadas com o projeto técnico. Esse é o ideal. Ainda não estamos, no Brasil, naquela fase que a Europa já enfrenta, em que as novas unidades de energia nuclear passam a ser barradas pelos movimentos populares. E acredito que a sua colocação, também, na resposta para o Senador Itamar Franco, é definitiva. Não podemos ficar com paixões nacionalistas, meramente epidérmicas, ou ter a impressão de que vamos ditar regras de jogo a representantes de potências industriais, ou superindustrializadas, na hora em que com eles nos associarmos. Temos que defender os interesses nacionais. Certo! Mas, entre isso e impor condições que sejam desvantajosas ao sócio, vai um fosso que não se tem como transpor.

O senhor colocou muito bem o problema: não é possível pensar em sócio beneficiante. Essa a expressão colocada aqui dentro, entre as várias frases que vão ser ouvidas no Plenário, como disse o Senador Dirceu Cardoso.

Temos é que pensar em fazer com que as condições sejam favoráveis a eles e o melhor negócio é aquele que é o melhor para ambas as partes, aqui, no caso, para as três partes.

Um ponto final da minha observação, doutor, é relativamente à educação. O Senador João Calmon, é um amigo muito dileto. Ele nunca é escasso nos elogios que faz aos esforços que tentamos em modificar os velhos princípios equivocadamente humanísticos da educação brasileira e a vergonha de trabalhar com as mãos e considerar que o trabalho manual era tão vergonhoso, que a escola brasileira era dividida numa dicotomia: de um lado as escolas para os nossos filhos — eles iam para o científico e clássico e iam ser doutores; do outro lado, a escola para os filhos dos outros, iam para o agrícola, comercial, e assim por diante. Entretanto, um ponto saliente, Senador João Calmon: o Projeto Universidade/Empresa, é um projeto da nossa passagem pelo Ministério, e vejo, com alegria e tristeza ao mesmo tempo, que a SIDERBRÁS está aplicando 250 milhões entre as suas unidades em educação e treinamento. Por que a alegria? Porque a SIDERBRÁS está se antecipando aos fatos; ela está percebendo que o treinamento de recursos humanos é extremamente necessário, para que ela amanhã não tenha uma usina preparada, e esteja na dependência permanente de *Know how*, até como eu encontrei, quando fui Superintendente da PETROBRÁS, mecânicos e torneiros, até topógrafos pagos em dólar, trazendo isso das companhias multinacionais de petróleo, o que é um absurdo, porque o Brasil não se preparara para fornecer nem essa mão de obra qualificada ou semi-qualificada. A tristeza vem, exatamente, do fato de que as nossas universidades, e as nossas escolas, sobretudo as de nível médio, continuem ainda no plano da reforma, na tentativa de aplicá-lo, dali a necessidade de desviar recursos, que seriam, naturalmente, cabíveis para outros pontos do projeto, para ocupar, numa educação e num treinamento, que poderiam perfeitamente ter sido já, senão totalmente ultimados, pelo menos, muito bem preparados, na área da educação propriamente dita.

Finalmente, devo lhe dizer que ficamos satisfeitos que tenha sido o senhor que tenha vindo. A Comissão convidou o Presidente da

SIDERBRÁS; S. Sº nos deu razão para que a sua ausência aqui pudesse ser interpretada, por nós Senadores, como um fato imperativo de circunstâncias. Mas a maior razão que ele nos deu foi ter vindo o Dr. Wilkie fazer essa conferência, e nos dar aqui uma completa e cabal exposição sobre a política brasileira, no campo da siderurgia. Muito obrigado. (Palmas).

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 24 minutos.)

DOCUMENTOS QUE ACOMPANHAM A EXPOSIÇÃO

QUADRO

EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO MUNDIAL DE AÇO

PAÍS %	1976	1975	1974	1973	1972
1-UNIÃO SOVIÉTICA	144,6	141,3	136,2	+ 2,17	+ 3,74
2-ESTADOS UNIDOS 54%	116,3	105,9	131,9	+ 9,82	- 19,77
3-JAPÃO	107,4	102,3	117,1	+ 4,98	- 12,64
4-ALEMANIA OCCIDENTAL	42,4	40,4	53,2	+ 4,95	- 24,07
5-CHINA (ESTIMATIVA)	21,0	26,5	25,0	- 20,76	+ 6,00
6-ITALIA	23,4	21,8	23,0	+ 7,33	- 8,41
7-FRANÇA	23,2	21,5	27,0	+ 7,00	- 20,30
8-GRÄ-EREVANHA	22,4	19,8	22,4	+ 13,13	- 11,61
9-POLÔNIA	15,3	15,0	14,5	+ 2,00	+ 3,44
10-TCHECOSLOVÁQUIA 30%	14,7	14,3	13,6	+ 2,79	+ 5,14
11-CANADÁ	13,1	13,0	13,6	+ 0,77	- 4,42
12-BELGICA	12,1	11,6	16,2	+ 4,31	- 28,40
13-ESPAÑHA	10,9	11,1	11,5	- 1,01	- 3,40
14-RUMENIA	10,9	9,5	8,8	+ 14,73	+ 7,95
15-BRASIL	9,3	8,4	7,5	+ 10,71	+ 12,00
16-ÍNDIA	9,3	8,0	7,1	+ 16,25	+ 12,67
17-AUSTRÁLIA	7,8	7,8	7,8	0,00	0,00
18-ÁFRICA DO SUL	7,1	6,8	5,8	+ 4,41	+ 17,24
19-ALEMANIA ORIENTAL	6,7	6,5	6,2	+ 3,07	+ 4,03
20-SUÉCIA	5,1	5,6	6,0	- 8,93	- 6,67
SOMA	623,2	597,1	655,2	+ 4,37	- 8,89
OUTROS - 8 %	53,2	49,2	52,5	+ 8,13	- 6,29
TOTAL MUNDIAL	676,4	646,3	707,7	+ 4,65	- 8,60

FONTE: INTERNATIONAL IRON AND STEEL INSTITUTE - IISI

QUADRO II

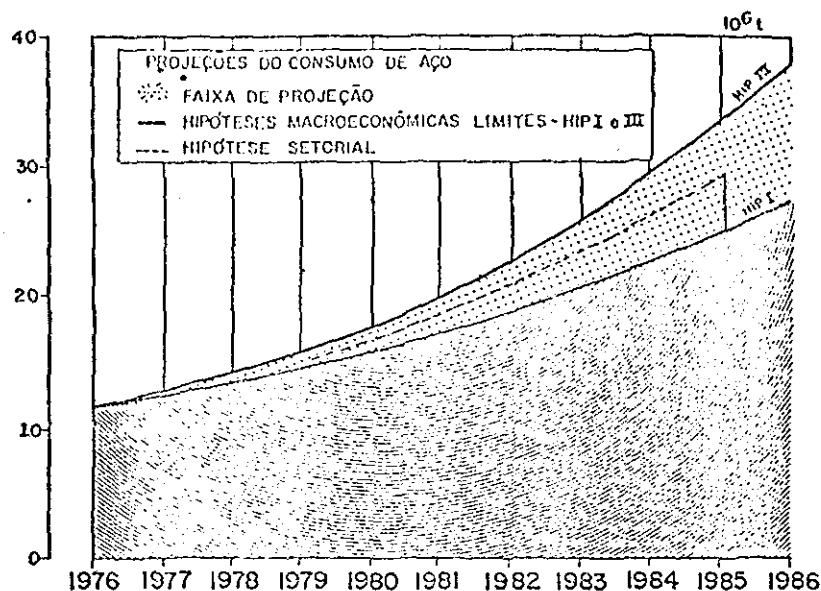
ORIGEM DOS CAPITAIS NA PRODUÇÃO
SIDERÚRGICA MUNDIAL

REGIÕES	CONTROLE DO GOVERNO	CONTROLE PRIVADO
EUROPA ORIENTAL	26,1 %	-
AMÉRICA DO NORTE	-	20,5 %
ÁSIA (INCLUSIVE JAPÃO)	22,0 %	0,3 %
EUROPA OCIDENTAL	15,0 %	11,3 %
AMÉRICA LATINA	2,2 %	0,4 %
AUSTRÁLIA E ÁFRICA	0,3 %	1,9 %
TOTAL	65,0 %	34,4%

FONTE: THE STEEL INDUSTRY THROUGH THE WORLD - 1974
INDUSTRY SURVEY - DAFSA PUBLICATION - PARIS

GRÁFICO 1
AÇO - Projeção da Demanda (1976-1986)

COMITÉ DE MERCADO
CONSILHOS DE INDUSTRIAS
RAM-MIA-IV-2



QUADRO COMPARATIVO DAS PROJEÇÕES DA DEMANDA DE AÇO

ANOS	HIPÓTESES MACROECONÔMICAS			HIPÓTESE SETORIAL	UNID.: 10 ⁶ t
	HIPÓTESE I	HIPÓTESE II	HIPÓTESE III		HIPÓTESE IV
1976	11,5	11,5	11,5	-	-
1977	12,4	12,8	12,8	-	-
1978	13,3	13,6	14,1	-	-
1979	14,4	14,8	15,7	16,2	
1980	16,5	16,2	17,4	16,6	
1981	17,1	16,1	19,9	18,9	
1982	18,6	20,4	22,7	21,2	
1983	20,6	22,9	26,0	23,9	
1984	22,9	26,7	29,7	26,8	
1985	25,3	28,9	33,9	30,0	
1986	27,9	32,4	38,8	33,8	

8. Otair Becker

MDB

1. Franco Montoro
2. Marcos Freire
3. Roberto Saturnino

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

1. Franco Montoro

2. Evelásio Vieira
3. Gilvan Rocha
4. Roberto Saturnino
5. Cunha Lima

1. Hugo Ramos

2. Dirceu Cardoso
3. Evandro Carreira

Assistente: Cândido Hippert — Ramal 676

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

MESA

Presidente:
Petrônio Portella (ARENA — PI)

3º-Secretário:
Henrique de La Rocque (ARENA — MA)

1º-Vice-Presidente:

LIDERANÇA DA ARENA
E DA MAIORIA
Líder
Eurico Rezende
Vice-Líderes
Heitor Dias
Helvídio Nunes
Jubal Passarinho

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)
(9 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Jessé Freire
Vice-Presidente: Orestes Quercia

Titulares Suplentes
ARENA

- | | |
|----------------------|---------------------|
| 1. Jessé Freire | 1. Braga Junior |
| 2. Ruy Santos | 2. Virgílio Távora |
| 3. Lenoir Vargas | 3. Osires Teixeira |
| 4. Jarbas Passarinho | 4. Cattete Pinheiro |
| 5. Lourival Baptista | |
| 6. Accioly Filho | |
| | MDB |
| 1. Franco Montoro | 1. Lázaro Barboza |
| 2. Orestes Quercia | 2. Cunha Lima |
| 3. Nelson Carneiro | |

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 312

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Jarbas Passarinho
Vice-Presidente: Luiz Cavalcante

Titulares Suplentes
ARENA

- | | |
|------------------------|--------------------|
| 1. Milton Cabral | 1. José Guiomard |
| 2. Vilela de Magalhães | 2. Murilo Paraiso |
| 3. Arnon de Mello | 3. Virgílio Távora |
| 4. Luiz Cavalcante | |
| 5. Jarbas Passarinho | |
| | MDB |
| 1. Dirceu Cardoso | 1. Gilvan Rocha |
| 2. Itamar Franco | 2. Franco Montoro |

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)
(5 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Adalberto Sena
Vice-Presidente: Helvídio Nunes

Titulares Suplentes
ARENA

- | | |
|-------------------|----------------------|
| 1. Helvídio Nunes | 1. Virgílio Távora |
| 2. Otto Lehmann | 2. Arnon de Mello |
| 3. Saldanha Derzi | 3. Jarbas Passarinho |
| | MDB |
| 1. Hugo Ramos | 1. Dirceu Cardoso |
| 2. Adalberto Sena | |

Assistente: Maria Carmen Castro Souza — Ramal 134

Reuniões: Quintas-feiras, às 12:00 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)
(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Magalhães Pinto
1º-Vice-Presidente: Saldanha Derzi
2º-Vice-Presidente: Nelson Carneiro

Titulares Suplentes
ARENA

- | | |
|--------------------|--------------------------|
| 1. Magalhães Pinto | 1. Accioly Filho |
| 2. Alexandre Costa | 2. Fausto Castelo-Branco |
| 3. Virgílio Távora | 3. Helvídio Nunes |
| 4. Jessé Freire | 4. Heitor Dias |
| 5. Arnon de Mello | 5. Jarbas Passarinho |
| 6. Saldanha Derzi | 6. Luiz Cavalcante |
| 7. José Sarney | |
| 8. João Calmon | |
| 9. Augusto Franco | |
| 10. Otto Lehmann | |
| | MDB |
| 1. Paulo Brossard | 1. Marcos Freire |
| 2. Gilvan Rocha | 2. Hugo Ramos |
| 3. Itamar Franco | 3. Roberto Saturnino |
| 4. Leite Chaves | |
| 5. Nelson Carneiro | |

Assistente: Cândido Hippert — Ramal 676

Reuniões: Terças-feiras, às 10:30 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ruy Santos
Vice-Presidente: Altevir Leal

Titulares Suplentes
ARENA

- | | |
|--------------------------|--------------------|
| 1. Altevir Leal | 1. Saldanha Derzi |
| 2. Ruy Santos | 2. Itálvio Coelho |
| 3. Cattete Pinheiro | 3. Osires Teixeira |
| 4. Fausto Castelo-Branco | |
| 5. Lourival Baptista | |
| | MDB |
| 1. Adalberto Sena | 1. Benjamim Farah |
| 2. Gilvan Rocha | 2. Cunha Lima |

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 312

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Cabral
Vice-Presidente: Augusto Franco

Titulares**ARENA****Suplentes**

1. José Guiomard
2. Vasconcelos Torres
3. Virgílio Távora
4. Augusto Franco
5. Milton Cabral

MDB

1. Adalberto Sena
2. Benjamim Farah

1. Alexandre Costa
2. Braga Junior
3. Dinarte Mariz

1. Agenor Maria
2. Dirceu Cardoso

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 312

Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benjamim Farah
Vice-Presidente: Lenoir Vargas

Titulares**ARENA****Suplentes**

1. Lenoir Vargas
2. Accioly Filho
3. Augusto Franco
4. Heitor Dias
5. Saldanha Derzi

MDB

1. Benjamim Farah
2. Hugo Ramos

1. Alexandre Costa
2. Gustavo Capanema
3. Vilela de Magalhães

1. Adalberto Sena
2. Lázaro Barboza

Assistente: Sônia Andrade Peixoto — Ramal 307

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:30 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS — (CT)
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Lourival Baptista
Vice-Presidente: Alexandre Costa

Titulares**ARENA****Suplentes**

1. Alexandre Costa
2. Luiz Cavalcante
3. Braga Junior
4. Lourival Baptista
5. Vilela de Magalhães

MDB

1. Evandro Carreira
2. Evelasio Vieira

1. Otto Lehmann
2. Teotônio Vilela
3. Wilson Gonçalves

1. Lázaro Barboza
2. Roberto Saturnino

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306

Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

B) SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS, ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

Comissões Temporárias

Chefe: Ruth de Souza Castro

Local: Anexo II — Terreiro

Telefone: 25-8505 — Ramal 303

- 1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional
- 2) Comissões Temporárias para Apreciação de Votos
- 3) Comissões Especiais e de Inquérito, e
- 4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (art. 90 do Regimento Comum).

Assistentes de Comissões: Haroldo Pereira Fernandes — Ramal 674;

Alfeu de Oliveira — Ramal 674; Cleide Maria B. F. Cruz — Ramal 598; Maura Lopes de Sá — Ramal 310.

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

**HORÁRIO DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL
PARA O ANO DE 1978**

HORAS	TERÇA	S A L A S	ASSISTENTE	HORAS	QUINTA	S A L A S	ASSISTENTE
10:00	C.T.	RUY BARBOSA Ramais -621 e 716	RONALDO	09:00	C.F.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal - 623	CÂNDIDO
	C.A.R.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal - 623	GUILHERME	09:30	C.S.P.C.	RUY BARBOSA Ramais -621 e 716	SÔNIA
10:30	C.A.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal - 623	CLÁUDIO COSTA	10:00	C.E.C	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal - 623	SÔNIA
	C.R.E.	RUY BARBOSA Ramais -621 e 716	CÂNDIDO		C.D.F.	RUY BARBOSA Ramais -621 e 716	RONALDO
HORAS	QUARTA	S A L A S	ASSISTENTE	11:00	C.L.S	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal - 623	LEDA
	C.S.N.	RUY BARBOSA Ramais -621 e 716	LEDA		C.S.	RUY BARBOSA Ramais -621 e 716	LEDA
10:00	C.C.J.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal - 623	DANIEL	12:00	C.R.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal - 623	MARIA CARMEM
	C.M.E.	RUY BARBOSA Ramais -621 e 716	RONALDO				
10:30	C.E.	RUY BARBOSA Ramais -621 e 716	DANIEL				

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 55

Julho a setembro de 1977

SUMÁRIO

	Pág.
COLABORAÇÃO	
A Faculdade de Direito e a Escola do Recife — <i>Pinto Ferreira</i>	5
Os Direitos Individuais na Constituição — <i>Raul Machado Horta</i>	21
Ministério Pùblico e Procurador-Geral da Repùblica — <i>Rosah Russomano</i>	39
Intervencionismo estatal e Direito Penal Econômico — <i>Arx da Costa Tourinho</i>	45
Dos freios e contrapesos entre os Poderes do Estado — <i>Fides Ommati</i>	55
Os prejulgados, as sùmulas e o TST — <i>Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena</i>	83
Justiça agrária — paz social e desenvolvimento econômico — <i>Otávio Mendonça</i>	101
Do controle jurisdicional dos atos administrativos no Brasil — <i>Floriana Quadros Martins de Oliveira</i>	121
Direitos à vida, ao próprio corpo e às partes do mesmo (transplantes). Esterilização e operações cirúrgicas para "mudança de sexo". Direito ao cadáver e a partes do mesmo — <i>Antônio Chaves</i>	125
Aspectos jurídicos da gestão dos bancos de desenvolvimento — <i>Arnaldo Wald</i>	169
A reforma universitária e a crise do ensino jurídico — <i>Inocêncio M. Coelho</i>	183
Formação básica de um comunicador social voltado para a realidade brasileira — <i>R. A. Amaral Vieira</i>	195
Aspectos políticos da fundação da Faculdade de Direito — <i>Silveira Neto</i>	215
INFORMÁTICA JURÍDICA	
Indexação de textos legislativos — a experiência da Subsecretaria de Análise do Senado Federal — <i>Yamil e Sousa Dutra</i>	227
DOCUMENTAÇÃO	
Divórcio — Emenda Constitucional nº 9, de 28-6-77	245
NOTICIÁRIO	
Notas e Comentários	291
PUBLICAÇÕES	
Obras publicadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas	299

Preço: Cr\$ 30,00

Pedidos pelo Reembolso Postal
para Subsecretaria de Edições Técnicas
Senado Federal — Edif. Anexo I
70160 — BRASÍLIA — DF

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 56

Outubro a dezembro de 1977

SUMÁRIO

Pág.

HOMENAGEM

Senador Tomás Pompeu de Souza Brasil (Centenário da morte) — <i>Senadores Virgílio Távora e Mauro Benevides</i>	5
Discurso do Senador Tomás Pompeu, em 6-6-1866	20

COLABORAÇÃO

O papel dos partidos políticos no aprimoramento das instituições políticas — <i>Senador Ostres Teixeira</i>	45
Atividade do Ministério Público no processo civil — <i>Alcides de Mendonça Lima</i>	71
Princípios de direito. Princípio jurídico. Direito do Trabalho — <i>Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena</i>	95
Servidor não-estatutário e a legislação trabalhista — <i>José Martins Catharino</i>	109
A pessoa excepcional e a legislação brasileira — <i>Nair Lemos Gonçalves</i>	125
Dos conceitos jurídicos — <i>Clito Fornaciari Júnior</i>	139
O poder de revisão constitucional — <i>João Bosco Leopoldino da Fonseca</i>	151
Arguição de relevância — aspecto político da sua apreciação pelo Supremo Tribunal Federal — <i>Iduna Weinert Abreu</i>	205
Os Atos Institucionais em face do Direito Administrativo — <i>Jessé Torres Pereira Júnior</i>	213
O Juiz Conservador da nação britânica — <i>Athos Gusmão Carneiro</i>	239
Direitos da personalidade: aspectos gerais — <i>Fábio Maria de Mattia</i>	247
Reprografia — desafio à proteção do direito do autor — <i>Antônio Chaves</i>	267
Reforma da Justiça e correção monetária — <i>Arnaldo Wald</i>	297
A cláusula C.I.F. — <i>Otto Gill</i>	301
Apontamentos sobre a reforma do divórcio na França — <i>Carlos Alberto Provenciano Gallo</i>	307

DOCUMENTAÇÃO

Emenda Constitucional nº 10, de 14 de novembro de 1977	315
--	-----

PUBLICAÇÕES

Obras publicadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas	323
---	-----

Preço: Cr\$ 30,00

Pedidos pelo Reembolso Postal
para Subsecretaria de Edições Técnicas
Senado Federal — Edif. Anexo I
70160 — BRASÍLIA — DF

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 57

Janeiro a março de 1978

SUMÁRIO

COLABORAÇÃO

Pág.

O sistema parlamentar como solução para a crise institucional brasileira — <i>Paulino Jacques</i>	5
Contribuição ao estudo de um modelo político brasileiro — <i>Paulo de Figueiredo</i>	11
A matéria financeira e a matéria tributária no Direito Constitucional brasileiro — <i>Carlos W. Chaves Rosas</i>	45
Rumos da reforma judiciária — <i>José Dilermando Meireles</i>	55
Controle da administração indireta — <i>Roberto Rosas</i>	61
Região metropolitana e estrutura sindical brasileira — <i>Paulo Emílio Ribeiro de Vila Ihena</i>	69
SINPAS: a nova estrutura da previdência social brasileira — <i>Celso Barroso Leite</i>	101
Assembléias gerais das sociedades anônimas — <i>Otto Gill</i>	117
A cisão parcial e a responsabilidade tributária — <i>Arnoldo Wald</i>	143
O abandono do lar conjugal como causa de dissolução matrimonial — <i>Domingos Sávio Brandão Lima</i>	147
Divórcio: causas, casos e tipos — <i>Antônio Chaves</i>	193
Inseminação artificial — <i>J. Didier Filho</i>	205
Obra sob encomenda — <i>Carlos Alberto Bittar</i>	215

PESQUISA

A competência do Senado Federal para suspender a execução dos atos declarados inconstitucionais — <i>Ana Valderez A. N. de Alencar</i>	223
--	-----

NOTICIÁRIO

Notas e Comentários	329
---------------------------	-----

PUBLICAÇÕES

Obras publicadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas	331
---	-----

Preço: Cr\$ 30,00

Pedidos pelo Reembolso Postal
para Subsecretaria de Edições Técnicas
Senado Federal — Edif. Anexo I
70160 — BRASÍLIA — DF

**Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 1,00